



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

LARISSA VITÓRIA BARBOSA MARTINS DOS SANTOS

**GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE DO AVANÇO DO TEMA NAS NAÇÕES UNIDAS**

João Pessoa

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LARISSA VITÓRIA BARBOSA MARTINS DOS SANTOS**

**GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE DO AVANÇO DO TEMA NAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a conclusão do Curso de  
Graduação em Relações Internacionais da  
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Zeferino de  
Menezes

João Pessoa

2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S237g Santos, Larissa Vitória Barbosa Martins dos.

Gênero, desenvolvimento e relações internacionais: uma análise do avanço do tema nas Nações Unidas / Larissa Vitória Barbosa Martins dos Santos. – João Pessoa, 2016.

82f.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,0, o Trabalho de  
Conclusão de Curso

*"Gênero, Desenvolvimento e Relações Internacionais:*

*Uma análise do avanço do tema nas Nações Unidas"*

Elaborado por

Larissa Vitória Barbosa Martins dos Santos

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Bacharel em Relações Internacionais.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes – UFPB (Orientador)

Profª Ms. Xaman korai Pinheiro Minillo – UFPB

Prof. Dr. Roberto Rondon - UFPB

João Pessoa, 21 de junho de 2016.

## **RESUMO**

O processo de inserção da luta pela igualdade de gênero na agenda internacional começou a se desenvolver, de forma mais efetiva, a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. A partir de então, o tema de gênero passou a ser um tema central no âmbito das Nações Unidas, vindo a ganhar um maior destaque a partir do ano de 1975, com a criação da Década das Nações Unidas para a Mulher. Destarte, o conceito de empoderamento foi trazido para a esfera da ONU como sendo o elemento principal para o alcance da igualdade de gênero. Este trabalho propõe explorar o processo de inserção da luta pela igualdade de gênero na agenda internacional, assim como analisar o conceito de empoderamento da mulher e a eficácia dos mecanismos de criação e avaliação de programas criados para a promoção da igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero. Feminismo. Empoderamento. Desenvolvimento

## **ABSTRACT**

The process of inclusion of the fight for gender equality in the international agenda began to develop more effectively from the creation of the United Nations (UN) in 1945. Since then, the gender issue became central at the United Nations, gaining greater prominence in 1975, with the creation of the United Nations Decade for Women. Thus, the concept of empowerment was brought to the UN sphere as the main element for the achievement of gender equality. This paper proposes to explore the process of integration of the gender equality struggle in the international agenda, as well as analyze the concept of women's empowerment and the effectiveness of the creation and evaluation mechanisms of programs designed to promote gender equality.

**Keywords:** Gender. Feminism. Empowerment. Development

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>1</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>2</b>
<b>EPÍGRAFE.....</b>	<b>3</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - As Correntes Sobre o Feminismo .....</b>	<b>7</b>
<b>1. Primeira Onda do Feminismo .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 A Segunda Onda do Feminismo .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Terceira Onda do Feminismo .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 Feminismo Socialista e Radical .....</b>	<b>12</b>
<b>1.4 Feminismo Negro.....</b>	<b>13</b>
<b>1.5 Feminismo do Terceiro Mundo – pós-colonial .....</b>	<b>14</b>
<b>2. Teoria Feminista – Uma análise da teoria clássica e da inserção do tema nas Relações Internacionais .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O Feminismo nas Relações Internacionais .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO II - Gênero e Desenvolvimento: Inserção do tema na política Internacional .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Inserção do Tema na Política Internacional .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Abordagens WID, WAD E GAD .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 Revisões da Plataforma de Ação de Pequim .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO III- O empoderamento no âmbito das Nações Unidas .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Conceito de Empoderamento no âmbito do Gênero e Desenvolvimento .....</b>	<b>43</b>
<b>3.2 O Empoderamento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....</b>	<b>46</b>
<b>3.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS .....</b>	<b>52</b>
<b>4. Crítica a eficácia de políticas de empoderamento .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 Reconstrução do empoderamento - Críticas aos Mecanismos de Avaliação e Medição .....</b>	<b>59</b>
<b>5. Balanço Geral sobre Feminismo e Empoderamento.....</b>	<b>70</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>73</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>75</b>

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, que me deu todo o apoio e incentivo durante todos estes anos de universidade. Gratidão também aos meus amigos que fizeram parte desta jornada comigo, que me deram forças, e compreenderam meu momento de dedicação para a conclusão do curso e com quem divido vários momentos de alegria. A vocês que se tornaram grandes amigos, não apenas em sala de aula, como também nos momentos de diversão e em todas às vezes que precisei.

Quero agradecer ao meu orientador, o Professor Dr. Henrique Menezes, pela paciência, o tempo e ajuda fornecidos durante a elaboração deste trabalho. Agradeço ainda a todas as professoras e professores do departamento de Relações Internacionais da UFPB de quem tive o prazer de ser aluna. Muito brigada por todos os ensinamentos, pela orientação dedicação e paciência.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CSW – Comissão sobre o Status da Mulher

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

FTGS – Feminist Theory and Gender Studies

GAD – Gender and Development

GEM – Gender Empowerment Measure

ISA – International Students Association

INSTRAW – Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

WAD - Women and Development

WID - Women in Deveopment

## EPÍGRAFE

*Feminist ideology should not encourage (as sexism has done) women to believe they are powerless. It should clarify for women the powers they exercise daily and show them ways these powers can be used to resist sexist domination and exploitation.*

Bell Hooks- 1984

## Introdução

Este trabalho de conclusão de curso propõe uma análise do avanço da inserção da luta pela igualdade de gênero na agenda internacional, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas, e de que forma a interpretação da organização sobre o conceito de empoderamento influencia na formulação de programas que visam o desenvolvimento das mulheres. Ao descrever historicamente o processo de formação e a evolução do movimento feminista, assim como a introdução do tema da igualdade de gênero na ONU, é que se pretende entender como esse conceito de empoderamento condiciona a forma de ação e também é parte condicionante das críticas às políticas de empoderamento.

O movimento internacional das mulheres, que ainda estava em sua fase de desenvolvimento, teve influência na elaboração dos princípios que regem a criação das Nações Unidas. Destarte, o processo de inserção da luta por igualdade de gênero na agenda internacional começou a se desenvolver, de forma mais efetiva, a partir da criação da Organização das Nações Unidas em 1945, mais precisamente com a publicação da Carta das Nações Unidas. A carta foi o primeiro documento jurídico internacional a afirmar a igualdade de gênero, ao declarar os direitos iguais de homens e mulheres. Ainda que seja um fórum global onde na maioria das vezes são refletidos os interesses, visões e aspirações de homens, a ONU se tornou instituição *women-friendly*. Foi através de muito diálogo e da luta das mulheres ao longo do tempo, que seus interesses finalmente foram inseridos na agenda internacional e resultaram na criação de declarações e programas para o avanço e o empoderamento das mulheres (PIETILÄ, 2002).

Desde então, a questão de gênero passou a ser um tema central no âmbito das Nações Unidas, vindo a ganhar um maior destaque a partir do ano de 1975, com a criação da Década das Nações Unidas para a Mulher, sendo esta inaugurada com a I Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México, no mesmo ano. Com o objetivo definido de afirmar o direito das mulheres, a ONU passou a encorajar o reconhecimento do papel das mulheres para o desenvolvimento econômico e social dos países mulheres, com a criação de programas que possuem como objetivo incluir a mulher no mercado de trabalho de forma mais igualitária, promover a educação entre mulheres e meninas, representação nos processos de tomada de decisão política e econômica etc. Esses programas também foram inseridos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e nos Objetivos do Desenvolvimento

sustentável. (PIETILÄ, 2002).

Ainda que tenha se verificado alguns avanços, principalmente no que diz respeito ao nível de educação primária e secundária de mulheres e meninas (cerca de dois terços dos países localizados em regiões em desenvolvimento alcançaram a paridade de gênero no ensino primário), ainda há muito em que avançar. Alguns estudiosos da área do desenvolvimento questionam tanto o avanço quanto à eficácia dos mecanismos criados pelas Nações Unidas para o empoderamento das mulheres. Eles criticam o fato de as políticas de empoderamento serem, de certa forma, homogêneas e que falham ao considerar as especificidades de cada país no processo de formulação das mesmas (SYED, 2010).

Como podem haver políticas “homogêneas” de empoderamento se o mundo não é homogêneo? Questões como cultura, religião, raça e classe, que são elementos importantes da estrutura social de uma sociedade, devem ser incluídas tanto no processo de criação de políticas de empoderamento quanto nos seus mecanismos de medição, para que haja avanços significativos na vida de mulheres de todo o mundo (SYED, 2010).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), utiliza o *Gender Empowerment Measure* (GEM) como mecanismo de medição da eficácia de seus programas. No entanto, acredita-se que o caráter eurocêntrico dominante do conceito de igualdade de gênero inerente tanto no GEM quanto nos programas de desenvolvimento para as mulheres limita alcance e o impacto das políticas, principalmente devido ao fato de possuir um viés capitalista e secular (SYED, 2010).

Portanto, a fim de analisar a relação entre o feminismo e as Relações Internacionais, bem como o papel do gênero no sistema internacional e o conceito de empoderamento da mulher, este trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, será feito um apanhado geral acerca da história do feminismo e suas implicações, tomando como base as obras de Simone de Beauvoir, Christine Sylvester e Judith Butler. Posteriormente, será feito um apanhado teórico baseado nas obras de Christine Sylvester, Sandra Whitworth e J. Ann Tickner para uma contextualização acerca da inserção do feminismo perante as Relações Internacionais, processo intensificado a partir do final da década de 80.

No segundo capítulo será exposto a inserção do tema de gênero nas Nações Unidas, compreendendo todas as Conferências sobre as Mulheres, assim como suas revisões, e utilizando dos conceitos de *Women in Development*; *Women and Development* e *Gender and*

*Development* para explicar o avanço da questão de gênero e desenvolvimento na organização.

Por fim, no terceiro capítulo um estudo acerca do empoderamento da mulher será realizado, onde pontos como o desenvolvimento do conceito de empoderamento, a relação deste com a ONU e a influência da igualdade de gênero serão abordados. Também será abordado o empoderamento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ainda neste capítulo serão expostas algumas críticas à forma como as Nações Unidas interpreta o conceito de empoderamento, tendo como base a crítica que elementos como cultura, religião e classe social devem ser levados em consideração tanto no momento da criação, quanto na medição dos programas de empoderamento.

## **CAPÍTULO I - As Correntes Sobre o Feminismo**

O feminismo evidencia a importância das estruturas política, econômica e sociais que moldam as sociedades e defende que o gênero "deve ser considerado quando se examina os efeitos da opressão, dominação, poder e impotência nas sociedades" (TURNER, MASCHI, 2014, p. 2). Sua teoria é baseada na crença de que o status inferior conferido às mulheres deriva da desigualdade social e que seu status é moldado pelas relações de poder político, econômico e social. As feministas acreditam que, para que ocorra uma mudança em sua condição, as mulheres devem ter acesso igual a todas as formas de poder (TURNER, MASCHI, 2014).

Turner e Maschi (2014), argumentam que, assim como o conceito de empoderamento, a análise feminista possui a capacidade de ajudar as mulheres a compreenderem o porquê e de que forma são oprimidas e dominadas, e também as motivam a se engajar em esforços para que haja uma mudança social mais ampla. O conceito de empoderamento se tornou fundamental para a teoria feminista e, assim como tal, "procura aumentar o poder pessoal, interpessoal e político das populações oprimidas e marginalizadas para que ocorra uma transformação individual e coletiva. Ambos apontam a necessidade de aumentar o poder pessoal, interpessoal e político de pessoas oprimidas e marginalizadas para que possam unir as comunidades e criar medidas para melhorar sua situação (TURNER, MASCHI, 2014, p. 3).

Como será mostrado posteriormente, a teoria feminista compreende várias vertentes, no entanto, apesar de sua diversidade, o feminismo ainda é muitas vezes criticado por refletir a perspectiva e responder às preocupações de mulheres brancas de classe média. Contudo, Turner e Maschi (2014) acreditam que as feministas tomaram ciência da necessidade de serem mais atentas a sua posição social para que elas não venham a reproduzir desequilíbrios de poder entre as mulheres.

Alguns estudiosos da área acreditam que para que se alcance a igualdade de gênero, não deve se levar em conta apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas também questões como raça, classe, relações religiosas e sexuais, já que elas sempre são "vivas,

experimentadas e estruturadas de acordo com o que é ser um homem ou uma mulher" (GROSZ de 2010, p. 104. apud TURNER, MASCHI. 2014, p. 5).

Portanto, com o propósito de melhor compreender as origens do movimento feminista e sua inserção no campo das Relações Internacionais, esse primeiro capítulo, será dividido em duas subseções, sendo que na primeira delas será feita uma descrição da história do movimento feminista, desde a primeira até a terceira onda do feminismo, englobando algumas críticas ao movimento feminista *mainstream*, ou liberal. Já na segunda parte será exposto a evolução da teoria feminista, passando pela teoria clássica do feminismo, trazendo autoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, e a inserção do tema nas Relações Internacionais.

Essa discussão é importante para se entender e analisar o tema de gênero na Política Internacional e como o conceito de empoderamento, que se tornou fundamental, fundamental na Política Internacional, principalmente no que diz respeito a área do desenvolvimento, se tornou indispensável para diferentes perspectivas do feminismo.

## **1. Primeira Onda do Feminismo**

Ao longo da história, mulheres ao redor do mundo, principalmente hemisfério ocidental, vêm lutando contra sua condição de subordinação, pela liberdade e pela igualdade. O movimento feminista tem sua origem no século XVIII, influenciado pelo contexto das ideias iluministas, assim como com a Revolução Francesa, tendo como objetivo a reivindicação de direitos sociais e políticos. No século XIX, período em que se observava um crescimento do questionamento acerca do papel que as mulheres desempenhavam em sociedades centradas no poder do homem e no patriarcado. Deste modo, o feminismo tem como base a experiência da mulher na sociedade, vindo assim a criticar “a desigualdade social dos sexos (em uma perspectiva sociológica de gênero), a fim de promover a luta pelos direitos das mulheres, seus temas e interesses”. (SANTOS, 2011, p.4)

O movimento feminista é dividido pela literatura em três ondas ou fases. A primeira onda feminista é caracterizada pela mobilização dos movimentos feministas do século XIX e início do século XX, tendo ocorrido em países europeus e norte-americanos com as *sufragetes*, e se caracterizou pela luta contra a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público. Elas reivindicavam a igualdade de direitos para as mulheres, reforma educacional, a abolição da escravidão, e o direito ao voto. (HAMMER. KELLER, 2009)

Ainda que a luta pelo sufrágio feminino tenha sido a pauta principal da primeira onda, outros assuntos femininos e humanitários evoluíram durante este período. Questões estas que estavam diretamente ligadas a “tirania dos homens”. Temas como sexualidade, direitos reprodutivos e controle de natalidade, por exemplo, eram assuntos que estavam presentes nas discussões durante a primeira onda. É dentro deste contexto que muitas mulheres, em sua maioria, jovens, começaram a questionar sua posição na sociedade, e as instituições que nela existiam, principalmente a instituição do casamento, no qual as mulheres eram vistas como propriedade dos homens. (HAMMER. KELLER, 2009)

[...] Não é de se surpreender, então, que a primeira onda do feminismo não só exigiu apenas o direito de voto, mas também lutou por reformas maciças nas áreas de direitos de propriedade, trabalho, educação, leis do divórcio, guarda dos filhos, condições das prisões e liberação sexual, apenas para nomear alguns. Várias ativistas da primeira onda também abordaram as práticas, principalmente legais, desumanas de estupro e abuso de mulheres e crianças, especialmente pelos maridos e pais. (HAMMER. KELLER, 2009, p. 4)

No decorrer da evolução do feminismo, filósofos pró-feministas, como Harriet Taylor e John Stuart Mill, publicaram ensaios sobre o tema, como a, ‘Emancipação da Mulher’ (1851) de Taylor e ‘A Sujeição das Mulheres’ (1869), de Stuart Mills. De forma geral, as obras defendiam parcerias mais igualitárias, no que diz respeito ao casamento, assim como direito ao voto e igualdade de oportunidades. Taylor defendia o direito das mulheres de trabalharem fora de casa e para que a mulher possuísse uma carreira profissional, seria imprescindível a presença de funcionários para cuidar de suas responsabilidades domésticas. De acordo com Hammer e Keller (2009), esta perspectiva exemplifica o forte caráter elitista da primeira onda.

É importante destacar que a primeira onda não trouxe estes questionamentos apenas para esfera política. Também ocorreram reformas culturais nas artes, dança, literatura, jornalismo e música. Podemos citar personalidades importantes para a primeira onda do feminismo nas artes, como a escritora inglesa Virginia Woolf, uma das fundadoras do movimento modernista na Inglaterra (HAMMER; KELLER, 2009).



## 1.1 A Segunda Onda do Feminismo

A segunda onda marca o “ressurgimento” do movimento, com o questionamento sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Ela surgiu emergiu na década de 1960, quando muitas mulheres reentraram no mercado de trabalho, assumindo diversos cargos. As feministas da segunda onda buscaram desafiar “as noções do papel da mulher na família, local de trabalho, e da sociedade dominante. Elas dão ênfase a divisão sexual do trabalho e desempenharam um papel fundamental na promoção da igualdade das mulheres no mercado de trabalho”. (BODDY. GRAY, 2010)

O movimento se manifestou com mais força nos Estados Unidos e na França, porém, feministas dos dois países seguiam vertentes diferentes. As americanas buscavam denunciar a opressão masculina, enquanto as francesas focavam na diferenciação entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito às especificidades da experiência feminina. Essas duas vertentes ficaram conhecidas como “o feminismo da igualdade” (americano) e “o feminismo da diferença” (francês). (PINTO, 2009) Porém, pode-se afirmar que ambas vertentes foram influenciadas pela obra da escritora francesa Simone de Beauvoir, ‘O Segundo Sexo’.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.  
(PINTO, 2009, p. 16)

As feministas da segunda onda, principalmente as americanas, ficaram mais conhecidas como feministas liberais. Elas, de forma geral, buscaram romper com o que o que nomearam de “teto de vidro”, ou seja, as barreiras que impedem ou dificultam o acesso de mulheres a cargos de alto escalão em governos, empresas, ou em qualquer área em que atuassem. De acordo com Gray e Boddy (2010), as feministas liberais eram reformistas e procuraram agir através de meios jurídicos para que fosse criada uma jurisdição mais “*women-friendly*”.

Elas lutaram por reformas legais e civis através de campanhas de ação afirmativa e de anti-discriminação. Utilizavam como estratégia o argumento do compromisso democrático, e buscavam atuar de forma mais pacífica e sem o objetivo de mudar ou

questionar o *status quo* capitalista. Também defendiam uma maior participação feminina na economia, embora, segundo Gray e Boddy (2010), muitas mulheres não estivessem em posição de fazê-lo.

É importante destacar que foi durante o período da segunda onda do feminismo que o tema de gênero conseguiu uma maior relevância no âmbito internacional, com a institucionalização da Década das Nações Unidas para a Mulher (de 1975 a 1985), que culminou na criação de vários fóruns de debate sobre feminismo, desenvolvimento e igualdade de gênero. Também durante este período, foram lançadas obras de grande importância para a teoria feminista como, por exemplo, ‘A Mística Feminina’, de Betty Friedans, ‘A História da Sexualidade’, de Michel Foucault e ‘Revolution from Within: A Book of Self-Esteem’ de Gloria Steinem.

Nos estágios iniciais da segunda onda, questões relacionadas à raça, classe e religião eram preocupações secundárias no âmbito das discussões sobre feminismo, pois o foco principal das ativistas feministas da segunda onda era a eliminação da desigualdade entre os gêneros. De acordo com Gray e Boddy (2010), para elas, o “bem-estar” feminino era a prioridade. A partir deste fato, surgiram diversas críticas a esse caráter excludente do feminismo liberal, o que culminou no surgimento de várias outras vertentes no movimento.

## **1.2 Terceira Onda do Feminismo**

Já a terceira onda do feminismo, que surgiu no início dos anos 1990, vem como uma crítica as fases anteriores. Essas críticas eram direcionadas ao que os estudiosos da área consideravam como sendo “definições essencialistas” das fases anteriores, principalmente da segunda, no que diz respeito a feminilidade. De acordo com teóricos da terceira onda, as fases anteriores eram baseadas apenas em experiências de mulheres brancas de classe média e alta. Narvaz e Koller (2006) argumentam que a proposta da terceira onda do feminismo, “concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo”. (NARVAZ; KOLLER, 2006)

o feminismo crítico o feminismo crítico surge com a finalidade de questionar pressupostos de crenças e comportamentos. Ele toma várias formas, incluindo o feminismo

socialista, radical, cultural, pós-moderno e pós-colonial – do Terceiro Mundo. Esses questionamentos transcenderam a segunda onda e formaram a base para a construção da terceira do feminismo. (GRAY; BODDY, 2010)

### 1.3 Feminismo Socialista e Radical

Ainda que existissem diferenças importantes entre o feminismo socialista e o radical, ambos tinham como objetivo principal a crítica a “subordinação, exploração e abuso das mulheres, vendo-as como um produto das desigualdades estruturais causadas e mantidas pelo patriarcado e capitalismo” (BODDY; GRAY, 2010, apud BRENNER, 1993).

“As feministas radicais e socialistas criticaram a visão patriarcal dominante da família tradicional e procuraram atrair atenção para as formas familiares não-tradicionais. Elas se engajaram na militância política de promoção dos direitos reprodutivos e de escolhas. Certas noções do feminismo radical e socialista tornaram-se parte do pensamento feminista *mainstream*, principalmente a resistência ao patriarcado e ao domínio masculino nas esferas públicas e privadas como a norma aceita na sociedade ocidental”. (BODDY, GRAY, 2010, p. 7)

A pauta principal das feministas radicais foi a luta contra a violência sexual sofrida pelas mulheres, assim como sua sexualização do corpo feminino. Eram contra a pornografia, e extremamente críticas de meios de comunicação que propagavam essa sexualização e “depravação” da mulher, como, por exemplo, a revista masculina *Playboy*. Elas defendiam “um foco cultural na vida pessoal, histórias pessoais e as narrativas de mulheres”, usando a escrita como um veículo para comunicar suas próprias histórias de opressão”. Elas criaram organizações e serviços para as mulheres, que sofreram com problemas como violência doméstica e os serviços de aconselhamento a vítimas de abuso sexual (BODDY; GRAY, 2010).

A pauta principal das feministas radicais foi a luta contra a violência sexual sofrida pelas mulheres, assim como sua sexualização do corpo feminino. Eram contra a pornografia, e extremamente críticas de meios de comunicação que propagavam essa sexualização e “depravação” da mulher, como, por exemplo, a revista masculina *Playboy*. Elas defendiam “um foco cultural na vida pessoal, histórias pessoais e as narrativas de mulheres”, usando a

escrita como um veículo para comunicar suas próprias histórias de opressão”. Elas criaram organizações e serviços para as mulheres, que sofreram com problemas como violência doméstica e os serviços de aconselhamento a vítimas de abuso sexual (BODDY; GRAY, 2010).

## **1.4 Feminismo Negro**

O movimento do feminismo negro surgiu em resposta ao 'The Black Liberation Movement', assim como ao movimento feminista. As ativistas do feminismo negro argumentavam que as mulheres negras eram oprimidas e que nenhum esforço para atender as necessidades das mulheres negras. Elas alegavam que, não eram reconhecidas como mulheres, pois, o termo "negro/a" era utilizado para identificar tanto homens quanto mulheres negras, enquanto "mulher" era referente às mulheres brancas (HULL et al, 1982).

Como resultado disto, as mulheres negras se tornavam um grupo invisível na sociedade. Em resposta a esta situação, as feministas negras buscaram desenvolver uma teoria "que pudesse tratar adequadamente a forma como raça, sexo, e classe eram interligadas em suas vidas e criar medidas para acabar com a discriminação racista, sexista, e classista" (HULL et al, 1982p. 29).

As mulheres negras que participaram do movimento feminista durante a década de 1960, muitas vezes se depararam com o racismo. Que geralmente tomou a forma de exclusão: as mulheres negras não foram convidadas a participar de conferências que não eram especificamente sobre mulheres negras ou do Terceiro Mundo. Elas não eram representadas de forma igual, ou mesmo proporcionalmente em Departamentos de Estudos Femininos, nem havia aulas dedicadas especificamente para o estudo da história das mulheres negras. Na maioria dos estudos do movimento, as experiências de mulheres brancas, de classe média foram descritas de forma universal como sendo "as experiências das mulheres", ignorando grande parte da diferença das experiências das mulheres negras e brancas devido à raça e classe (HULL et al, 1982p. 39)

Gray e Boddy (2010) argumentam que as feministas negras, assim como as radicais e socialistas, se viram encurralados pelos partidos que esquerda, dominados, em sua grande maioria por homens e que, na época, não levavam muito em conta problemas remetentes as mulheres. Então acreditaram ser necessário adotar uma postura separatista para realçar a exploração e abuso das mulheres. Angela Davis (1981 apud, BODY; GRAY, 2010), uma

das autoras mais conceituadas do feminismo negro, em sua obra *Woman, race, and class* "argumenta, de uma perspectiva Marxista, que o sexismo e o racismo não serão erradicados até que o sistema econômico capitalista que os produziu seja apagado" (BODY; GRAY, 2010. p.13)

Em vista disso, o feminismo negro tem como objetivo, e ainda continua na luta por seus direitos para superar as relações de domínio e privilégio branco e mudar o foco do racismo além do *self-examination*. Buscaram realçar a diversidade existentes entre as experiências femininas e argumentam que sexo, raça, e classe criam a estrutura hierárquica de poder de relação entre mulheres (BODY; GRAY, 2010).

## **1.5 Feminismo do Terceiro Mundo – pós-colonial**

O feminismo pós-colonial, ou de Terceiro Mundo, tem como objetivo evidenciar o fato de que as feministas ocidentais "criam discursos categóricos homogêneos e universalistas que negligenciam as experiências reais de mulheres do ‘terceiro mundo’ e em comunidades pobres e marginalizadas do mundo desenvolvido" (GRAY, BODDY. ANO. P). Ele também critica o fato de que as feministas do ocidente não incluem questões importantes como a sua subordinação de pessoas, raças, e grupos étnicos em suas análises.

Elas buscam chamar a atenção para a importância das culturas locais para que haja um melhor entendimento das realidades vividas pelas mulheres em determinados locais. Assim como as vertentes anteriores, as defensoras do feminismo pós-colonial, criticavam construções de mulheres ocidentais brancas de classe média, como o coletivo de ‘nós’ da experiência feminista, que efetivamente descarta as experiências vividas por mulheres que não se encaixam neste estereótipo (GRAY, BODDY. 2010. p. 15).

O feminismo pós-colonial se baseou nas ideias de Foucault a respeito da descentralização de poder, e, de acordo com Gray e Boddy (2010), está preocupado com os centros dispersos de poder, e com experiências de noções de Estados centralizadas, leis e com o patriarcado. Também é importante destacar que o feminismo pós-colonial não é apenas uma teoria, mas também uma forma de ativismo que luta contra as injustiças sociais que ainda fazem parte da vida diária das mulheres (GRAY, BODDY. 2010).

É importante esclarecer que essas críticas ao feminismo liberal da segunda onda são importantes para o argumento do trabalho, pois, como será visto posteriormente, algumas destas críticas ainda continuam sendo bastante relevantes no que diz respeito às críticas aos mecanismos de criação e avaliação de programas de empoderamento das mulheres.

As características introduzidas e reformuladas pela terceira fase (conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas de produção do conhecimento científico) possuem grande influência nos estudos contemporâneos sobre gênero. Essas características são mais utilizadas por autores que criticam o feminismo “clássico” das fases anteriores. No entanto, ainda de acordo com Narvaz e Koller (2006), as propostas de cada fase do feminismo sempre coexistiram e ainda coexistem.

O movimento feminista possui uma característica bastante peculiar, e que é de extrema importância para que haja um melhor entendimento sobre o mesmo: ele é “um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2009, p. 15). Por possuir essa característica dupla, e por receber influência de várias áreas de estudo, como História, Ciências Sociais e Psicanálise, o movimento possibilita um rico debate sobre o reordenamento de características que ficaram marcadas tanto na história das Ciências Humanas, quanto dos movimentos sociais.

## **2. Teoria Feminista – Uma análise da teoria clássica e da inserção do tema nas Relações Internacionais**

O feminismo compreende vários tipos de discursos no que tange as relações de poder. Discursos estes que são baseados em práticas políticas, características culturais, de raça, gênero, classe etc. Isto posto, essas particularidades possibilitaram o surgimento de várias vertentes teóricas do feminismo como, por exemplo, o feminismo negro, marxista, estruturalista, pós-estruturalista, socialista, do terceiro mundo entre outras.

O livro ‘O Segundo Sexo’, obra da autora francesa Simone de Beauvoir, publicado no ano de 1949, que marcou o “início” da segunda onda do feminismo, mesmo sendo publicado com pouco mais de uma década de antecedência, versa sobre a desigualdade de

gênero, partindo da premissa que as mulheres seriam o “segundo sexo”. Ao afirmar isso, Beauvoir buscou mostrar posição marginal que a mulher ocupa na sociedade. A autora argumenta que essa marginalização deriva exclusivamente da diferenciação entre os sexos, e que essa distinção se dá por fatores socialmente construídos. Esta distinção entre os sexos está tão enraizada socialmente que gera opressão até mesmo entre as próprias mulheres.

Um dos argumentos mais importantes de Beauvoir, que é considerada uma feminista existencialista, é exemplificado nesta afirmação: “*Não se nasce mulher; torna-se mulher*”. A partir desta afirmativa percebe-se a distinção que a autora faz entre “sexo dado” e “gênero”. Femenías (2012) argumenta que, de acordo com Beauvoir “deve-se entender o sexo como uma constante anatomicamente distintiva que corresponde aos aspectos fáticos do corpo. Em troca, o gênero remete à forma e ao significado cultural que adquire um dado corpo segundo os vários modos da aculturação”. (FEMENÍAS, 2012, p. 315).

Em relação a distinção entre sexo e gênero, para Beauvoir, o primeiro seria a definição biológica entre os sexos masculino e feminino. Estes em termos de reprodução, que naquela época seriam imutáveis. Já a ideia de gênero, traria um leque de possibilidades e diversidade entre a esfera da masculinidade e a feminilidade. Diversas possibilidades poderiam existir, segundo Beauvoir, pois cada indivíduo tem suas preferências e peculiaridades.

Segundo Femenías (1998) Beauvoir não apenas sugere que o gênero é um aspecto fundamental da identidade, mas também que se adquire gradualmente, entendendo-se o “faz-se” como “faz-se mulher”, em um sentido fortemente voluntarista.

Sob a ótica de Beauvoir, uma sociedade, com suas regras e tradições, molda aquele ser do sexo feminino até que este ser se torne propriamente em uma mulher. Logo, podemos considerar a palavra ‘mulher’ como sendo uma classificação que traz toda uma ideia de responsabilidade social e cultural. Responsabilidade social e cultural é um ponto interessante no debate feminista proposto por Simone de Beauvoir. A autora acredita que a mulher possui uma posição especial e específica dentro da sociedade, e isto leva a diversos empecilhos caso ela quisesse desvirtuar disto. Por exemplo, o homem é ensinado desde pequeno a perseguir seus sonhos, a ser bem-sucedido, e por ventura um dia procriar.

A responsabilidade do homem na sociedade o permite trilhar diferentes rumos, onde o mais importante seria o sucesso da sua identidade própria. Por outro lado, segundo Beauvoir, as meninas em seu processo de se tornar uma mulher já são ensinadas desde cedo a importância do papel de mãe na sociedade. Para a autora, a mulher pode tentar seguir

qualquer rumo, mas no final das contas, a sociedade pressionará para que ela realize sua “função primordial”: a de ser mãe, a de ser mulher.

A função materna da mulher é recorrente em qualquer discussão sobre o movimento feminista, pois querendo ou não, é uma função que só pode ser realizada exclusivamente pelas mulheres. Sendo assim, a anatomia e biologia feminina é o ponto de partida da tese de Beauvoir. Em seu entendimento, essa condição biológica da mulher está ligada à sua condição cultural e social. Biologicamente falando, mulheres acabam por serem subordinadas, devido a uma aparente fragilidade em seu ser. Quando menciona-se a fragilidade, não é algo ligado a força bruta, mas sim algo inerente a uma mulher que carrega um filho em seu ventre. Uma mulher em tais condições está mais suscetível a acontecimentos do que uma outra pessoa em perfeitas condições de saúde e movimento. Pode-se observar que há uma transposição da ideia de uma suposta fragilidade da mulher enquanto grávida para outras não-gestantes. Por isso que, segundo Beauvoir, se torna tão importante uma análise a partir de uma visão social, ontológica e psicológica (BEAUVOIR, 1973).

Diferentemente de Beauvoir, Judith Butler segue a vertente pós-estruturalista da teoria feminista, porém ela também acredita na diferenciação entre sexo e gênero, vindo a fazer sua própria interpretação do conceito de diferenciação entre sexo e gênero. Butler, em seu livro ‘Problemas de gênero’, buscou desconstruir o conceito de gênero no qual está baseada a teoria feminista. A divisão entre sexo/gênero, ou seja, a ideia de que sexo é algo natural, biológico, e gênero era um termo socialmente construído, era um dos principais pilares da teoria feminista. Ela argumenta que o conceito de gênero é construído socialmente, o que significa que o gênero estaria diretamente ligado as tradições culturais sociais.

O desmonte da concepção de gênero seria o desmonte de uma equação na qual o gênero seria concebido como o sentido, a essência, a substância, categorias que só funcionariam dentro da metafísica que Butler também questionou. Assim como Derrida desmontou a estrutura binária significante/significado e a unidade do signo fez com isso uma crítica à metafísica e às filosofias do sujeito, Butler desmontou dualidade sexo/ gênero e fez uma crítica ao feminismo como categoria que só poderia funcionar dentro do humanismo. (AGUIAR, 2003, p. 2)

Podemos constatar que isso verifica em uma construção sociocultural em torno dos indivíduos. Então como explicar as variâncias de gênero? Segundo Butler (1990), a construção cultural tem sua influência, mas no final do processo, o mais importante será a escolha do indivíduo. O indivíduo teria a escolha e, conseqüentemente, teria também que arcar com as conseqüências sociais advindas da sociedade conservadora. Isto aconteceria até



que houvesse uma série de práticas repetidas, a eventualmente se tornar uma categoria materializada.

## **2.1 O Feminismo nas Relações Internacionais**

O debate sobre o feminismo no âmbito das Relações Internacionais se insere no contexto do pós-positivismo. Os pós-positivistas são críticos de qualquer reivindicação de uma verdade absoluta. Eles propuseram uma nova fórmula de análise mais abrangente do mundo, a partir de "perspectivas políticas, sociais, culturais, econômicas, étnicas e de gênero" (JACKSON; SØRENSEN. 2013, P. 233).

As abordagens pós-estruturalistas abrangem diversos temas importantes que compõem o sistema internacional, tais como o pós-colonialismo e o feminismo. Ela foca na análise da linguagem e discurso, e critica o modo em que as correntes principais das Relações Internacionais representam e discutem o mundo. Os pós-estruturalistas são particularmente críticos do Neorealismo, pois ele "apresenta um mundo onde uma variedade de atores (por exemplo, as mulheres, os pobres, os grupos do Sul, movimentos de protesto) e processos (por exemplo, a exploração, a subordinação, a degradação ambiental) não são identificados e analisados" (JACKSON; SØRENSEN. 2013, PA 234). Destarte, o Neorealismo cria uma visão enviesada do mundo, visão esta que necessita ser criticada.

Desta maneira, seguindo a crítica dos pós-estruturalistas de como as teorias centrais das Relações Internacionais enxergam o mundo, o feminismo nesse contexto emergiu como uma crítica à tese realista baseada na ideia de que a segurança, argumentando que o conceito seria uma maneira machista de se olhar o mundo. "A segurança realista é baseada na defesa militar de Estados em uma anarquia internacional; mas que oculta a existência de uma hierarquia de gênero na política mundial no sentido de que a proteção contra uma ameaça externa é também a proteção de uma jurisdição interna que subscreve uma subordinação persistente das mulheres" (SYLVESTER, 1994. apud JACKSON; SØRENSEN. 2013, PA 242).

De acordo com Sylvester (2002), é a partir do final da década de 1980 que o feminismo e o papel do gênero no sistema internacional passam a buscar um espaço efetivo nas Relações Internacionais. Com uma política e epistemologia solidificada desde os anos

60, vinte anos depois, a corrente feminista já possuía um grande número de adeptos confiantes e qualificados para introduzir o feminismo no estudo do sistema internacional. O avanço se deu de forma rápida, desenvolvendo uma relação crescente entre a teoria feminista e as Relações Internacionais. Em Londres, Los Angeles e Boston, conferências e workshops introduziram o feminismo ao *mainstream* internacionalista, como cita Sylvester (2002).

Em 1990, por exemplo, a Associação de Estudos Internacionais (International Studies Association – ISA) já possuía uma seção dedicada aos Estudos de Gênero e Teoria Feminista (Feminist Theory and Gender Studies – FTGS), seguida pela Associação Britânica de Estudos Internacionais (British International Studies Association). Estas organizações deram visibilidade ao feminismo, possibilitando seu maior reconhecimento perante o universo das Relações Internacionais, caracterizado segundo J. Ann Tickner por “homens brancos e de gravata” (em sua maioria). (SYLVESTER, 2002)

Buscando romper com o vínculo entre homens poderosos e viris, Estados e guerra, as teorias feministas das relações internacionais têm se propagado de forma significativa a partir do início de 1990. “Essas teorias introduziram gênero como uma categoria empírica relevante assim como uma ferramenta analítica para compreender as relações de poder globais bem como uma posição normativa sobre a qual construir uma ordem mundial alternativa”. (TRUE, 2005, p. 4).

Juntamente com uma série de novas perspectivas sobre a política mundial, incluindo o pós-modernismo, o construtivismo, a teoria crítica entre outros, as teorias feministas buscaram contestar o poder e conhecimento das correntes dominantes (realista e liberais) das Relações Internacionais. Como essas outras teorias contemporâneas, o feminismo desloca o estudo das relações internacionais longe de um foco singular sobre as relações interestatais em direção a uma análise exaustiva de atores e estruturas transnacionais e suas transformações na política global. (TRUE et al, 2005, p. 4, tradução nossa)

Sandra Whithworth argumenta que uma das razões pelas quais as questões feministas demoraram a serem introduzidas no estudo das relações internacionais está ligada aos objetivos de cada um destes campos de estudo. O *mainstream* das Relações Internacionais, de acordo com Whitworth (2006), nasceu no século XX nos Estados Unidos e sempre teve uma relação próxima com o governo, seja através do fornecimento de fundos para financiamento de pesquisas ou do intercâmbio entre os membros da academia e do governo.

Em um mundo onde a segurança internacional era regida pelo poder, o então “sexo frágil” dificilmente alcançava um lugar proeminente.

Já o feminismo, contrastando com as questões clássicas pelas quais as Relações Internacionais eram movidas – como a obtenção de poder por parte do Estado em meio à anarquia do sistema – surgiu como fruto do movimento de libertação feminino. Como cita Whitworth (2006), fica clara a diferenciação entre o caminho seguido por cada campo de estudo, visto que o feminismo muitas vezes foca nas questões “internas” que são frequentemente deixadas de lado pelas Relações Internacionais: o *mainstream* internacionalista preza pela manutenção do *status quo*, enquanto o feminismo objetiva exatamente o oposto.

Em meio à análise teórica da inserção feminista nas Relações Internacionais, Whitworth (1994) ressalta a importância de entender também o papel do gênero nas organizações internacionais, em especial na Organização Internacional do Trabalho (OIT). A autora cita que embora a OIT tenha referenciado explicitamente o papel da mulher no trabalho no desenrolar da história, a forma com que tais referências eram tratadas se mostrava bastante particular.

De acordo com Jaqui True (2005), as Relações internacionais tiveram grande significado para os padrões de relações de gênero, assim como as dinâmicas de gênero influenciaram processos globais de militarização e globalização econômica. Ela cita a autora Cynthia Enloe, importante teórica feminista, que sugeriu que "o pessoal, que é político também é, muito provavelmente, internacional ". Enloe (1989) buscou expor como a internacional envolve frequentemente relacionamentos íntimos, identidades pessoais e vida privada.

Tickner (1997) aprofunda a natureza conflituosa entre o feminismo e as Relações Internacionais ao propor hipóteses que justificariam os desentendimentos entre estas áreas de estudo. A autora afirma que as perspectivas feministas contemporâneas nas relações internacionais possuem bases ontológicas e epistemológicas bastante diferentes daquelas do *mainstream* da disciplina. Logo, sua relação não se dá de forma harmoniosa, visto que a abordagem feminista não aceita o estatocentrismo e estruturalismo do processo de teorização das Relações Internacionais.

Desde as primeiras publicações que analisavam o sistema internacional por um viés feminista no final da década de 80, as falhas de comunicação entre tais estudos e obras clássicas das Relações Internacionais ocorriam com uma certa frequência. Como cita Tickner

(1997), para os estudiosos fincados em metodologias científicas, a abordagem feminista simplesmente carecia de uma teoria que a justificasse. Embora tais desentendimentos ocorressem em ambos os sentidos, a autora foca seu estudo no rebate feminista aos questionamentos dos estudiosos das Relações Internacionais convencionais, por serem menos comuns a esta audiência.

Para Tickner (1997), três desentendimentos principais podiam ser observados no que concerne a abordagem feminista e a abordagem clássica das Relações Internacionais. A primeira delas diz respeito ao significado de gênero, manifestado em reações mais pessoais; a segunda se refere às diferentes realidades/ontologias que feministas e não feministas adotavam ao escrever sobre política internacional, evidente em comentários citando que feministas não tratam do âmago das Relações Internacionais; e terceiro, as divisas epistemológicas que questionam se feministas estão sequer criando uma teoria.

No que concerne o desentendimento com relação ao conceito de gênero, Tickner (1997) acredita que o problema reside na falta de comunicação entre os estudiosos feministas e não feministas. Praticamente todos os escritores que adotam um viés feminista ao escrever sobre relações internacionais utilizam o conceito de gênero em um sentido construtivista, uma tática vista não só como extremamente necessária à superação da discriminação, mas também como uma forma de evitar pressupostos machistas que podem acirrar esta desigualdade.

A dificuldade em compreender a formulação de uma teoria das Relações Internacionais pelo feminismo por parte dos estudiosos convencionais, segundo Tickner (1997), reside no desejo de feministas de ampliar a gama de conhecimentos que constroem uma teoria internacional, dando espaço ao papel do gênero e procurando entender o seu papel na sociedade internacional de forma mais profunda.

Já com relação às divisas epistemológicas de cada campo de estudo, Tickner (1997) é bastante sucinta: com uma realidade baseada em Estados individuais operando em um sistema anárquico, a teoria realista não dá margem para a inserção da teoria feminista, que dota de uma epistemologia calcada nas relações sociais como motor de sua análise.

Embora as questões abordadas pela teoria feminista possam soar desimportantes ao *mainstream* das Relações Internacionais e aos estudiosos contemporâneos da disciplina, Tickner (1997) insiste na ideia de que o papel do gênero influencia no comportamento do Estado em sua busca por estabilidade internacional de forma intensa.

De acordo com a teoria feminista, a economia global e o funcionamento dos Estados são calcados na inequidade das relações sociais entre homem e mulher, colocando em risco a segurança da mulher como um todo. Embora a epistemologia feminista difira daquela observada na teoria internacional convencional, é importante solucionar as falhas na comunicação entre os dois campos de estudo para assegurar a equidade de gênero no sistema internacional e a valorização do indivíduo de forma geral, seja em âmbito doméstico ou externo.

Segundo Jackson e Sørensen (2013), o feminismo, assim como as outras abordagens pós-positivistas, possui uma voz cada vez mais ativa nas Relações Internacionais. Eles acreditam que é indiscutível que o estudo de questões de gênero no campo das Relações Internacionais passou a possuir uma grande relevância, principalmente no que diz respeito a conferências internacionais. De acordo com os autores, o crescente número de estudos sobre gênero em diversas áreas como economia, desenvolvimento, segurança e política, exemplifica uma nova geração de pesquisas que não apenas inserir o gênero nessas áreas de estudo, como também desenvolver e reconceitualizar essas questões.

Isto posto, este debate sobre a história do feminismo e a sua inserção no campo das Relações Internacionais se faz importante para que se possa melhor analisar o tema de gênero na Política Internacional e, futuramente, como o conceito de empoderamento foi importante para a evolução de críticas ao feminismo liberal, como por exemplo o feminismo negro.

Com a intenção de criar uma base para o debate sobre o conceito de empoderamento, e como ele se tornou uma ferramenta importante para o desenvolvimento do status da mulher, o próximo capítulo buscará fazer um apanhado histórico sobre a evolução do tema do gênero no âmbito das Nações Unidas.

## **CAPÍTULO II - Gênero e Desenvolvimento: Inserção do tema na política Internacional**

Para que se entenda como o conceito de empoderamento passou a ser uma ferramenta importante para a Política Internacional, é necessário analisar a evolução do tema de gênero na agenda internacional, principalmente no âmbito das Nações Unidas. Dito isso, o segundo capítulo tem como objetivo explicar sobre a história da ascensão do gênero na política internacional, usando como base os conceitos de *Women in Development*, *Women and Development* e *Gender and Development*.

A partir da análise dessas abordagens, e também de como as Nações Unidas incorporaram o tema da igualdade de gênero, se faz possível entender como o conceito de empoderamento condiciona a forma de ação assim como também é parte condicionante às políticas de empoderamento.

### **2.1 Inserção do Tema na Política Internacional**

A luta pela igualdade entre homens e mulheres foi trazida para a esfera internacional antes mesmo da criação da Organização das Nações Unidas. Após a Primeira Guerra Mundial, representantes de governos se reuniram na Conferência de Paz de Paris em 1919, onde criaram a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. Representantes de organizações internacionais voltadas para as mulheres estavam presentes durante a conferência, “onde expuseram suas propostas relativas ao Pacto da Sociedade das Nações com o objetivo de evitar a exclusão das mulheres das distribuições e decisões” (PIETILÄ, 2002, p. 1).

Em 1947, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) criou a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), com o objetivo de promover os direitos das mulheres e garantir o empoderamento em todas as áreas (econômica, política, social, educacional etc). Desde a sua criação, a Comissão foi apoiada por uma unidade das Nações Unidas, que posteriormente veio a se tornar a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW). A CSW criou uma relação bastante próxima com algumas organizações não governamentais, assim como também com o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC). É importante

destacar que todos os 15 representantes de governos na CSW eram mulheres (UN- WOMEN 2010).

Do ano da sua criação até 1962, a Comissão teve como foco principal o estabelecimento de normas e formulações de convenções internacionais para mudar a legislação discriminatória e fomentar a consciência global sobre as questões das mulheres. As diretrizes criadas pela Comissão auxiliaram na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, essa influência pode ser exemplificada no questionamento contra as referências a palavra “homens” como um sinônimo para a humanidade, dessa forma, a Comissão conseguiu introduzir uma linguagem mais inclusiva na Declaração.

Com a configuração dos direitos legais das mulheres, os mesmos necessitavam ter o suporte de dados e análises. A partir de então, a Comissão iniciou uma avaliação global sobre o status das mulheres. Essa avaliação foi extensa e bastante detalhada, analisando questões como a situação política e jurídica das mulheres, que ao longo do tempo, formaram a base para a elaboração de instrumentos de direitos humanos (UN WOMEN, 2010).

A Comissão também foi responsável pela elaboração das primeiras convenções internacionais sobre os direitos das mulheres, tais como a Convenção de 1953 sobre os Direitos Políticos das Mulheres, que foi “o primeiro instrumento de direito internacional a reconhecer e proteger os direitos políticos das mulheres; assim como um dos primeiros acordos internacionais sobre os direitos das mulheres no casamento, conhecida como a Convenção de 1957 sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, e a Convenção de 1962 sobre o Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos” (UN WOMEN, 2010).

A Comissão contribuiu também para o trabalho de escritórios da ONU, como a Convenção da Organização Internacional do Trabalho 1951 em matéria de igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor, que consagrou o princípio de salário igual para trabalho igual. (UN WOMEN, 2010).

No ano de 1963, esforços foram feitos para que a normas referentes aos direitos das mulheres fossem consolidadas, o que levou a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitar à Comissão a elaboração da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, que foi adotada em 1967. A Convenção também criou o Comitê para a Eliminação

de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1979 (UN WOMEN, 2010).

Ainda na década de 1960, com o ressurgimento do movimento feminista e suas novas reivindicações, ficou provado que mulheres ao redor do mundo são afetadas pela pobreza de forma desproporcional em relação aos homens. Percebendo isto, a Comissão<sup>1</sup> voltou seu foco para as necessidades das mulheres no que diz respeito a temas como o desenvolvimento rural, trabalho agrícola, planejamento familiar e avanços científicos e tecnológicos (UN WOMEN, 2010).

No entanto, o tema veio a ganhar ainda mais relevância na Organização durante a segunda fase do feminismo, mais precisamente a partir da década de 1970, com a criação da Década das Nações Unidas para a Mulher. No início da década que marcou o 25º aniversário da Comissão, a mesma recomendou que o ano de 1975 fosse designado como sendo o ‘Ano Internacional da Mulher’, com a finalidade de chamar a atenção para a igualdade das mulheres, como também para suas contribuições para o desenvolvimento e a paz dos países. Assim, foi realizada na Cidade do México a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres<sup>2</sup>.

A conferência foi criada como objetivo lembrar a comunidade internacional de que a discriminação contra as mulheres continuava a ser um problema persistente em grande parte do mundo. Ela, junto a Década das Nações Unidas para a Mulher (1976-1985), simbolizou uma nova era no que se refere aos esforços globais para promover o avanço do status das mulheres, vindo a proporcionar um diálogo mundial ainda maior sobre a igualdade de gênero (UN-NGLS, 2009).

A Assembleia Geral das Nações Unidas apontou que seria necessário chamar a atenção da comunidade internacional para o desenvolvimento de metas, estratégias eficazes e planos de ação para o avanço do status feminino. Assim, ela identificou três pontos que

---

<sup>1</sup> A Comissão incentivou o sistema da ONU para expandir sua assistência técnica e promover o avanço das mulheres, especialmente nos países em desenvolvimento.

<sup>2</sup> A Conferência Mundial de Ano Internacional da Mulher, reconhecendo que as mulheres de todo o mundo, embora quaisquer diferenças existem entre elas, compartilham a experiência dolorosa de receber ou ter recebido tratamento desigual, e que, e que com o aumento da a sua consciência sobre este fenômeno, elas se tornarão aliadas naturais em a luta contra qualquer forma de opressão, tal como foi praticada sob o colonialismo, neocolonialismo, sionismo, a discriminação racial e apartheid, constituindo assim um enorme potencial revolucionário para a mudança econômica e social no mundo (UN Women, 2010)



foram debatidos durante a Conferência do México e que posteriormente se tornariam a base para o trabalho das Nações Unidas referente as questões femininas. São eles:

- Igualdade de gênero completa e a eliminação da discriminação de gênero;
- A integração e plena participação das mulheres no desenvolvimento;
- Um aumento da contribuição das mulheres na consolidação da paz mundial.

Através desses pontos, foi criado durante a conferência o Plano de Ação Mundial, um documento que oferecia orientações para os governos dos países e organizações internacionais a seguir durante os próximos dez anos, com o propósito de alcançar os pontos acima citados.

O Plano de Ação<sup>3</sup> de 1975 buscou convencer os governos dos Estados Membros a desenvolver programas que incitassem a igualdade de gênero, a eliminação da discriminação de gênero, assim como a integração das mulheres no processo de desenvolvimento econômico dos países, e na construção da paz. Do mesmo Plano de Ação também foram criados o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher (INSTRAW) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). (UN-NGLS, 2009).

Ele também definiu metas mínimas que deveriam ser cumpridas até a década de 1980. Nessa época, quando se percebia um movimento que buscava uma maior integração das mulheres nos processos globais de desenvolvimento econômico, surgiram diferentes debates sobre a mulher dentro do desenvolvimento, como a abordagem *Women in Deveopment* (WID) e *Women and Development* (WAD), que serão expostas mais adiante.

Essas novas abordagens marcaram uma mudança (que começaram a ganhar espaço no meio político internacional a partir da década de 1970) na forma como as mulheres eram percebidas na área do desenvolvimento. Anteriormente as mulheres eram tidas apenas como receptores passivas de apoio e assistência, que não contribuíam de forma efetiva e eficaz para o desenvolvimento, passaram a ser vistas como parceiros plenas e iguais aos homens, com direitos iguais aos recursos e oportunidades.

---

<sup>3</sup> O Plano de Ação tinha como foco assegurar a igualdade de acesso das mulheres a recursos como educação, oportunidades de emprego, participação política, serviços de saúde, habitação, nutrição e planejamento familiar.

Até o final da Década das Nações Unidas para a Mulher, 127 Estados-Membros concordaram em estabelecer alguma forma de “mecanismo nacional, diálogo com instituições que lidam com a promoção de políticas, pesquisas e programas destinados a promoção e participação das mulheres no desenvolvimento” (UN-NGLS, 2009).

É importante destacar que a Primeira Conferência possuiu um fator diferenciador bastante significativo. As mulheres desempenharam um papel fundamental na formação da discussão, já que das 133 delegações dos Estados-Membros reunidos ali, 113 eram chefiadas por mulheres. (UN-NGLS, 2009).

A Segunda Conferência aconteceu em Copenhague, em 1980. A conferência tinha como objetivo revisar o Plano de Ação criado na conferência de 1975, seus avanços e falhas. Foi constatado que houve certo avanço nos pontos propostos no Plano de Ação, mas que seria necessário melhorar em áreas como oportunidades de emprego, serviços médicos adequados e educação.

A Convenção de Copenhague aconteceu cinco anos antes do previsto, e contou com a presença de 145 Estados-membros, o que foi tido como sendo um sinal de esforço dos mesmos para alcançar os objetivos acordados durante a Primeira Conferência. Um exemplo desse esforço foi a criação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres<sup>4</sup>, em 1979, que veio a se tornar um dos maiores instrumentos contra a desigualdade de gênero.

A terceira conferência se deu em Nairóbi. Nesta conferência foi proposta uma maior participação feminina na política e na tomada de decisão. Foi acordado que seria necessária uma maior inclusão feminina em vários outros fóruns de debate das Nações Unidas, e não só aqueles que o tinham como foco a igualdade de gênero. (UN-NGLS, 2009).

O começo da década de 1990 foi marcado pela conferência Rio-92, que reconheceu a igualdade de gênero nas questões do meio ambiente, como também a importância das ONG's no processo de promoção do empoderamento das mulheres. Após a Rio-92 ocorreu

---

<sup>4</sup> An important milestone had been the adoption by the General Assembly in December 1979 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, one of the most powerful instruments for women's equality. The Convention, which has been termed "the bill of rights for women", now legally binds 165 States, which have become States parties and obligates them to report within one year of ratification, and subsequently every four years, on the steps they have taken to remove obstacles they face in implementing the Convention (UN-NGLS, 2009).

a Conferência do Cairo, em 1994, que buscou garantir os direitos reprodutivos das mulheres, assim como a capacitação e o empoderamento, principalmente no que diz respeito a sua fecundidade. (ALVES, 2001) A quarta e maior conferência das Nações Unidas sobre a mulher aconteceu em Pequim no ano de 1995.

Durante a conferência de Pequim, foram identificadas 12 áreas críticas que criavam barreiras para a igualdade de gênero, são elas: pobreza, acesso desigual à educação, a falta e acesso desigual aos sistemas de saúde, violência contra as mulheres, as vulnerabilidades das mulheres em conflitos armados, a desigualdade nas estruturas econômicas, as desigualdades de poder e de tomada de decisão, mecanismos institucionais para melhorar a promoção das mulheres, a falta de respeito e proteção inadequada dos direitos humanos, sub-representação das mulheres nos meios de comunicação, as desigualdades na gestão dos recursos naturais e na prevenção do meio ambiente, bem como a discriminação e violação contra as mulheres. (UN-NGLS, 2009).

De acordo com Alves (2001), o caminho para chegar até a conferência de Pequim não foi fácil. Por mais que tivessem ocorrido avanços, em alguns casos, como na conferência de Copenhague, houve alguns freios, porém, não chegaram a haver retrocessos. O autor argumenta que um dos principais fatores para que ocorressem esses freios nas negociações foi a resistência países de orientação religiosa fundamentalista, como os países do Oriente Médio, a aprovar os documentos.

Em 2000, na reunião de Cúpula do Milênio, líderes mundiais se reuniram para constituir uma agenda internacional de compromissos mínimos pela promoção da dignidade humana. A partir de então foram estabelecidos os oito objetivos que ficaram conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os líderes mundiais se comprometeram a atingir as oito metas de desenvolvimento até o ano 2015. A igualdade entre os sexos e a valorização da mulher é o terceiro objetivo dos ODM's. Nos anos seguintes, assim como na Década das Conferências, houve revisões do que foi acordado e, a partir da análise de documentos oficiais divulgados por instituições como o Banco Mundial, notou-se que algumas metas poderiam não seriam alcançadas.

Muitos argumentam que a terceira meta das ODM's poderia ser difícil de ser cumprida pois ela é dependente do “sucesso” de outras metas, como a redução da pobreza, um melhoramento no ensino básico, melhorar a saúde materna e etc. De acordo com Noeleen

Heyzer (2005), uma melhor compreensão sobre igualdade de gênero não necessariamente significa igualdade de gênero na prática.

Apesar do progresso, a autora argumenta que a persistência dos papéis de gênero tradicionais e estereotipados, muitas vezes reforçado por leis e /ou estruturas institucionais, impedem o empoderamento mulheres, consequentemente a igualdade de gênero. O prazo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio se encerrou em 2015 e muitas das metas não foram cumpridas, principalmente nas políticas de empoderamento e igualdade de gênero em geral. Em janeiro de 2016 em vigor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## 2.2 Abordagens WID, WAD E GAD

A abordagem *Women in Development* (WID)<sup>5</sup> surgiu durante a década de 1970, e está associada a uma das áreas de pesquisa relacionadas as mulheres no campo do desenvolvimento. De forma geral, o WID defendia uma maior justiça social e igualdade para as mulheres. A primeira Conferência Mundial das Mulheres, que aconteceu no ano de 1975, na Cidade do México, assim como a Década das Nações Unidas para a Mulher (1976-1985), proporcionaram uma maior visibilidade às principais preocupações das mulheres em todo o mundo: melhores oportunidades de educação e de emprego; igualdade na participação política e social; e aumento de serviços de saúde e bem-estar (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

Segundo Tinker (1990, apud MILLER; SHAHRASHOUB, 1995), o termo 'mulheres no desenvolvimento' foi criado por uma rede de profissionais do desenvolvimento do sexo

---

<sup>5</sup> The WID perspective was closely linked with the modernization paradigm which dominated mainstream thinking on international development during the 1960s and into the 1970s. In the 1950s and 1960s, conventional wisdom decreed that "modernization," which was usually equated with industrialization, would improve the standards of living of the developing countries. It was argued that through massive expansion of education systems, stocks of well-trained workers and managers would emerge; this in turn would enable the evolution of static, essentially agrarian societies into industrialized and modernized ones. With the growth of the economies of these countries, the benefits of modernization, i.e. better living conditions, wages, education, adequate health services, etc. would "trickle down" to all segments of the society. The policy prescription for this view, which was further supported by the "human capital" approach of theorists such as the American economist Theodore Schultz, was+ to invest heavily in the establishment of education systems and to develop strong cores of workers and managers (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

feminino. Baseando-se em suas próprias experiências em missões no exterior, essas profissionais começaram a desafiar as teorias de desenvolvimento já existentes, argumentando que a modernização estava impactando de forma diferentes homens e mulheres. Em vez de melhorar os direitos e status das mulheres, o processo de desenvolvimento parecia contribuir para a deterioração da sua posição.

A partir de então, esse grupo de mulheres nos Estados Unidos passaram a pressionar o Congresso, o que resultou na Emenda Percy – Lei de Assistência Externa- em 1973. Essa lei consistia em uma assistência com o objetivo de “integrar as mulheres nas economias nacionais dos países estrangeiros, melhorando assim o seu status e auxiliando o esforço total de desenvolvimento” (Tinker, 1990 apud. Miller. Shahrashoub, 1995. p. 8). Este círculo, que tinha sua sede em Washington, começou a trabalhar em rede com mulheres que trabalhavam em agências das Nações Unidas e com mulheres acadêmicas que pesquisavam sobre o trabalho produtivo feminino, a divisão sexual do trabalho e o impacto dos processos de desenvolvimento sobre as mulheres (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

De acordo com Miller e Shahrashoub (1995), a grande influência formativa sobre *WID* foi o ressurgimento do movimento mulheres nos países do Norte nas décadas de 60/70. Além de agenda do WID, houve o esforço simultâneo por feministas liberais para obter direitos iguais, o emprego, a igualdade e a cidadania para as mulheres.

É fundamental destacar que a abordagem feminista liberal foi muito importante a nível mundial para determinar a forma da estratégia política usada pelos defensores do WID. Como dito anteriormente, era essencial ao feminismo liberal a ideia de que as desvantagens das mulheres decorrem de expectativas habituais estereotipadas criadas por homens e internalizadas pelas mulheres, promovidas através de várias agências de socialização (CONNELL, 1987 apud MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

As feministas liberais acreditavam que para que as desvantagens enfrentadas pelas mulheres fossem finalmente superadas, em princípio, seria necessária a extinção dos estereótipos existentes a partir de “ações de empoderamento”, como por exemplo, “possibilitar as meninas uma melhor educação e formação através da introdução de programas com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades e uma legislação anti-discriminatória, ou por ‘libertar’ os mercados de trabalho” (CONNELL, 1987 apud, MILLER; SHAHRASHOUB, 1995, p. 9).

Naquele período, a questão da igualdade de oportunidade no que diz respeito ao trabalho, era de extrema importância para o movimento feminista, principalmente nos Estados Unidos, o que veio a deixar de lado outros temas como bem-estar social e reprodução. Miller e Shahrashoub (1995) argumentam que não é de surpreender que, portanto, no que diz respeito ao desenvolvimento, foi dada uma atenção particular para o trabalho produtivo feminino, em vez do bem-estar social e questões de reprodução.

No entanto, enquanto essas questões eram centrais para o movimento feminino, principalmente dos países do Norte, no que diz respeito aos países em desenvolvimento foram priorizados temas como a inclusão das mulheres na economia como um meio de melhorar seu status.

Este foco no trabalho produtivo para as mulheres de Terceiro Mundo fazia parte de uma estratégia destinada a reformular a identidade das mulheres para a política de desenvolvimento. Ambas as autoridades coloniais, e agências de desenvolvimento pós-guerra e ONGs, haviam identificado as mulheres quase que exclusivamente em seus papéis como esposas e mães, e as políticas para as mulheres eram restritas às preocupações de bem-estar social, como educação nutricional e economia doméstica, muitas vezes referida como *the welfare approach*. Houve pouca referência ao trabalho que mulheres assumiram como produtoras, seja para subsistência ou para o mercado. Este foi o ambiente de política geral em que WID nasceu, e para a qual estava reagindo. (Miller, Shahrashoub, 1995, p. 9)

Miller e Shahrashoub (1995) argumentam que uma outra influência formativa sobre a abordagem WID foi a emergência de um grupo de pesquisa sobre a situação das mulheres nos países em desenvolvimento; destaca-se aqui o trabalho da economista Ester Boserup. Em sua obra *'Womens's Role in Economic Development'* (1970), ela buscou destacar a importância das mulheres para a economia agrícola, tendo como objeto de pesquisa a África Subsaariana, argumentando que a região seria uma grande área global onde eram encontrados grandes sistemas agrícolas tradicionais comandados por mulheres.

Boserup<sup>6</sup> foi pioneira em delinear sistematicamente em nível global, a divisão sexual do trabalho que existia em economias agrárias. Ela analisou as mudanças que ocorreram em

---

<sup>6</sup> [...] she analysed the changes that occurred in traditional agricultural practices as societies became modernized and examined the differential impact of those changes on the work done by men and women. She concluded that in sparsely populated regions where shifting agriculture is practiced, women tend to do the majority of agricultural work, in more densely populated regions, where ploughs and other simple technologies are used, men tend to do more of the agricultural work (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995, p. 4).

práticas agrícolas tradicionais com a modernização e examinou o impacto dessas mudanças sobre o trabalho realizado por homens e mulheres. Ela criticou as políticas agrícolas coloniais e pós-coloniais, argumentando que a sua produção, assim como as intervenções de países ocidentais dominantes, veio conseqüentemente a implantar suas noções sobre o que eram trabalhos apropriados para mulheres, o que veio a facilitar o monopólio masculino sobre novas tecnologias e culturas, comprometendo o papel tradicional que a mulher possuía na agricultura. (RATHGEBER, 1989, p. 3)

Tinker (1990, apud, MILLER; SHAHRASHOUB, 1995), acredita que uma das razões para que o trabalho de Boserup ter se tornado tão importante para a abordagem WID foi ter legitimado esforços para influenciar as políticas de desenvolvimento combinando argumentos sobre justiça e eficiência.

Com base nos argumentos de Boserup, defensores da abordagem WID, rejeitaram a percepção limitada das mulheres - como sendo apenas mulheres e esposas - o que serviu como base para a formulação de políticas de desenvolvimento. Um grande esforço foi feito para distinguir a abordagem WID de outros programas de desenvolvimento voltados para as mulheres (programas estes mais voltados para áreas como saúde e bem-estar social). Em vez de caracterizar as mulheres como beneficiárias necessitadas, buscaram representar as mulheres como membros produtivos da sociedade.

Não mais, portanto, as mulheres devem ser vistas como receptoras passivas de programas de bem-estar, mas sim como contribuintes ativas para o desenvolvimento econômico. As mulheres podem, assim, serem vistas como um *missing link* no desenvolvimento, um recurso econômico até então desvalorizado no processo de desenvolvimento (Tinker, 1990: 31. apud, Miller e Shahrashoub, 1995, p.10).

Miller e Shahrashoub (1995) acreditam que ao explicar a diferença de status e poder entre homens e mulheres em termos de suas contribuições econômicas relativas, a origem da subordinação das mulheres estava ligada à sua exclusão do mercado local. Então, eles alegaram que, se as mulheres fossem inseridas na esfera produtiva de forma plena, elas não apenas trariam uma contribuição positiva para o desenvolvimento, como também seriam capazes de melhorar os seu status no que diz respeito aos homens.

De forma geral, a abordagem WID tem como objetivo proporcionar “uma base racional para dirigir escassos recursos de desenvolvimento para as mulheres” (MILLER; SHAHRASHOUB. 1995, p. 11). Os defensores da abordagem acreditavam que a demora em

reconhecer o papel produtivo que as mulheres desempenhavam na sociedade era um erro de planejamento que acarretou no uso ineficiente de recursos.

Esse argumento ajudou a legitimar um foco só para mulheres na pesquisa e criação/entrega de recursos através de projetos voltados para as mulheres. Ao melhorar o acesso das mesmas à tecnologia e ao crédito, a produtividade dela aumentaria o que e isso teria um impacto positivo no desenvolvimento nacional. Um dos pressupostos subjacentes de defensores WID é que os custos de investimento na produtividade das mulheres são justificáveis em termos de retornos econômicos, bem como retornos sociais (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

A Década das Nações Unidas para a Mulher, assim como as conferências associadas a causa feminina, ajudaram a institucionalizar o WID tanto dentro do sistema das Nações Unidas quanto a nível nacional. Miller e Shahrashoub (1995) afirmam que as experiências da Década mostraram aos defensores do WID que para que seus objetivos fossem assumidos pelas agências de desenvolvimento, seria necessário que as demandas por justiça social e igualdade para as mulheres estivessem estrategicamente ligadas a preocupações mais *mainstream* do desenvolvimento. Ou seja, perceberam que os argumentos sobre igualdade se tornavam mais poderosos e persuasivos se combinados com a busca de objetivos no qual a maioria das pessoas saíssem ganhando.

A Década das Nações Unidas para a Mulher desempenhou um papel importante em chamar a atenção para o papel das mulheres no processo de desenvolvimento. Foram feitas recomendações para o estabelecimento de um mecanismo internacional e nacional para promover os interesses das mulheres. Durante a década, foi criada uma nova legislação para promover os direitos das mulheres que incluiu uma série de preocupações relacionadas com o WID, entre eles o direito de participar e se beneficiar do desenvolvimento. (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995, p. 12)

Pode-se dizer que um dos esforços mais abrangentes foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), que reconheceu os direitos das mulheres de receber “formação, educação e serviços de extensão, bem como a igualdade de acesso a facilidades de crédito e de comercialização, igualdade de tratamento na reforma agrária. Miller e Shahrashoub (1995) argumentam que “embora fosse praticamente impossível equiparar a legislação (especialmente a nível internacional) com a prática, as recomendações emergentes da Década das Nações Unidas para a Mulher proporcionaram um ambiente normativo dentro do qual os defensores podiam expressar suas demandas” (MILLER e SHAHRASHOUB, 1995, p. 13).



As conferências sobre as mulheres realizadas durante a década também chamaram atenção para a importância de uma mudança na divisão sexual do trabalho e a necessidade de valorizar de forma mais justa os trabalhos que as mulheres exerciam sem remuneração. (Young, 1993.). No entanto, muitas vezes essas questões de igualdade recebiam um tratamento superficial por causa da hostilidade que se criou entre os especialistas em desenvolvimento nos níveis nacional e internacional. Moser (1993) argumenta que as demandas para a igualdade de gênero implicariam uma redistribuição de poder, um cenário de jogo de soma zero onde se encontra a possível resistência. (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995).

No final da década de 1970, começaram a surgir questionamentos sobre a adequação do WID. Essas dúvidas eram baseadas principalmente no fato de que a abordagem focava na mulher de forma isolada. O WID tinha como cerne a subordinação feminina, porém, ela falhou fazer uma análise sobre a "natureza essencialmente relacional da sua subordinação" (MILLER; SHAHRASHOUB, 1995, p. 13). De acordo com os críticos desta vertente, o WID identificou a falta de acesso a recursos como o alicerce para a subordinação das mulheres, no entanto, ele não questiona o papel das relações de gênero na subordinação das mulheres.

A partir dessa crítica, surgiu a abordagem *Woman and Development* (WAD). No entanto, Rathgeber (1989) argumenta que a demarcação entre o WID e o WAD não é muito clara. A abordagem “surgiu de uma preocupação com as limitações explicativas da teoria da modernização e a sua concepção de que a exclusão das mulheres das estratégias de desenvolvimento anteriores tinha sido um descuido involuntário” (RATHGEBER, 1989, p. 8).

A abordagem WAD defende que as mulheres sempre fizeram parte dos processos de desenvolvimento e que não apareceram de repente no início dos anos 1970, como resultado reuniões de estudiosos e, posteriormente, de estratégias e intervenções para o desenvolvimento. Achola Okello Pala (1977, apud, Rathgeber, 1989, p. 9) argumenta que a inserção das mulheres no desenvolvimento estava ligada de forma direta à manutenção da dependência econômica de países Terceiro Mundo.

O WAD foca “na relação entre mulheres e os processos de desenvolvimento, não só nas estratégias para a integração das mulheres no desenvolvimento. Seu ponto de partida é que as mulheres sempre foram ”integradas” em suas sociedades e que o trabalho que elas fazem tanto dentro como fora de casa é central para a manutenção dessas sociedades, mas

que essa integração serve principalmente para sustentar estruturas internacionais existentes de desigualdade.” (RATHGEBER, 1989, p. 10).

A abordagem também acredita que homens que vivem em países de Terceiro Mundo não possuem status de elite, então eles também sofrem com a desigualdade presente no sistema internacional. No entanto, pouca atenção tinha sido dada a questão das relações sociais de gênero dentro das classes. Rathgeber (1989) argumenta que o WAD reconhece o impacto dos problemas de classe na questão do gênero, mas na prática (na criação de projetos etc.), ele tende a ser como o WID, já que ele coloca as mulheres como se fosse uma unidade, como se não houvessem diferenças entre elas (classe, raça, religião).

WAD oferece uma visão mais crítica da posição das mulheres do que WID, mas ele não consegue realizar uma análise em larga escala da relação entre o patriarcado, diferenciar modos de produção e subordinação e opressão das mulheres. A perspectiva WAD implicitamente assume que a posição das mulheres vai melhorar se e quando as estruturas internacionais se tornam mais equitativas. Enquanto isso, a representação das mulheres na economia, política e nas estruturas sociais ainda é identificada principalmente como um problema que pode ser resolvido por estratégias de intervenção cuidadosamente concebidas ao invés de mudanças mais fundamentais nas relações sociais de gênero. (RATHGEBER, 1989, p. 9, tradução nossa)

De acordo com Pietilä (2002), foi após a terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Nairobi, que o conceito de gênero começou a aparecer na linguagem da ONU. Isso foi notado quando o PNUD mudou o nome do 'Women Development Unit' para 'Gender in Development Programme' no ano de 1992. Durante o mesmo período, o terceiro World Survey on the Role of Women in Development foi criado um documento que serviria como uma das bases para a Quarta Conferência sobre a Mulher, que aconteceria em Pequim, em 1995.

O resultado do survey mostrou que: “as políticas que visam apenas as mulheres não conseguirão alcançar os melhores resultados. Nem aquelas que assumem que ações públicas neutras no que diz respeito aos seus efeitos em relação ao gênero” (PIETILÄ, 2002, p. 68). Dessa forma, passou-se a entender que a promoção da igualdade de gênero implicaria em uma mudança na estrutura socioeconômica nas sociedades. Ou seja, as políticas voltadas para o desenvolvimento de gênero, e não só para as mulheres, trariam impactos positivos tanto na vida das mulheres quanto aos dos homens.

É importante dizer que o uso da palavra 'gênero' pelas Nações Unidas na Quarta Conferência sobre a Mulher simbolizou uma mudança na percepção e entendimento sobre as relações existentes entre homens e mulheres tanto nas sociedades quanto nas culturas.

Trata-se de reconhecer que os homens também têm sexo, o que influencia o seu pensamento, atitudes e comportamentos. Esta nova percepção e forma de pensar se tornou parte do pensamento da ONU (Pietilä, 2002, p. 63).

Sobre a perspectiva do gênero, a igualdade deixa de ser apenas uma percepção técnica e estatística e passa a ser compreendida como também sendo “um entendimento de que os pontos de vista, valores e experiências de homens e mulheres são diferentes em muitos aspectos e, por conseguinte, é essencial que os dois pontos de vista sejam igualmente ouvidos e reconhecidos na sociedade, vida econômica, planejamento político e tomada de decisão. Apenas dessa forma, homens e mulheres, igual e democraticamente, poderão influenciar um progresso na sociedade” (PIETILÄ, 2002, p. 66).

A abordagem *Gender and Development* (GAD) surgiu na década de 1980 como uma alternativa para ao WID e WAD. Ela possui como base o feminismo socialista, pois ela “identifica a construção social da produção e reprodução como base da opressão das mulheres e chama a atenção para as relações sociais de gênero, questionando a validade dos papéis que foram atribuídos tanto as mulheres quanto aos homens em diferentes sociedades” (RATHGEBER, 1989, p. 13)

De acordo com Kate Young (1987) a abordagem GAD começa a partir de uma perspectiva holística. Ela olha a totalidade das estruturas das organizações sociais (econômica e política), com o objetivo de compreender de forma mais completa as especificidades das sociedades. O GAD possui como foco principal o reforço dos direitos legais das mulheres. Ele leva em consideração não apenas os projetos de intervenção e ação afirmativa que possuem como objetivo garantir que as mulheres sejam integradas de forma mais eficaz nos processos de desenvolvimento, como também propõe uma reanálise das estruturas sociais e das instituições. (RATHGEBER, 1989, p. 14)

É importante ressaltar que a abordagem GAD atribui uma atenção especial a opressão que as mulheres sofriam dentro de casa para analisar os pressupostos em que as relações conjugais eram baseadas, o que não era frequentemente encontrado nos estudos sobre desenvolvimento. Ela também dá uma maior ênfase na participação do Estado na promoção

da emancipação da mulher, vendo como um "dever do Estado fornecer alguns dos serviços sociais que as mulheres em muitos países têm fornecido de forma privada e individual" (RATHGEBER, 1989, p. 16).

De acordo com (Pietilä 2002), no âmbito das Nações Unidas, a noção do GAD foi introduzida durante o processo de revisão e avaliação Beijing + 5, onde se foi apontada a inadequação do WID, por analisar a questão das mulheres de forma isolada e por falhar em combater as estruturas básicas de desigualdade entre homens e mulheres. Essa mudança fez com que fosse introduzido um novo debate que resultou em um foco mais direcionado ao conceito de gênero, argumentando que as questões a partir de então deveriam ser analisadas a partir do ponto de vistas de ambos os sexos.

Nesta reorientação conceitual, a política de relações de gênero, assim como, a reestruturação das instituições, em vez de simplesmente a igualmente no acesso aos, se tornaram o foco dos programas de desenvolvimento, e o conceito de 'gender mainstreaming' emergiu como a estratégia de ação por trás destas iniciativas (Pietilä, 2002, p. 45, tradução nossa)

A ONU define o conceito de gênero da seguinte forma: "Gênero refere-se aos papéis socialmente construídos de mulheres e homens atribuídos a eles com base no seu sexo, ao passo de que o termo sexo refere a características biológicas e físicas. Os papéis de gênero dependem de um determinado contexto cultural, socioeconômico e político e são afetados por outros fatores, incluindo a idade, raça, classe e etnia. Os papéis de gênero são aprendidos, e variam amplamente dentro e entre culturas. Ao contrário do sexo da pessoa, os papéis de gênero podem mudar. Os papéis de gênero ajudam a determinar o acesso das mulheres aos direitos, recursos e oportunidades" (Pietilä, 2002, p. 47).

Com as revisões da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, o tema de gênero, assim como seus programas, evoluiu. No entanto, ainda existem muitas críticas referentes ao conceito de gênero que as Nações Unidas adotaram, assim como a criação e avaliação de suas políticas. Com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em 2016, foram propostas reformas com o objetivo de aprimorar as falhas encontradas nos programas anteriores.

## **2.3 Revisões da Plataforma de Ação de Pequim**

No ano de 1995, aconteceu em Pequim, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. Durante a conferência foi adotada a Plataforma de Ação de Pequim, que listou 12 pontos prioritários de trabalho para que seja alcançada a igualdade de gênero. Durante os próximos 20 anos, ocorreram reuniões que aconteceram de 5 em 5 anos, para que fossem revisado os pontos acordados em Pequim, assim como identificar os pontos que avançaram e os que precisam de mais investimentos.

É importante mencionar que durante todas as revisões, o compromisso com o empoderamento das mulheres, assim como com o *gender mainstreaming* foi mantido. O empoderamento é tido como elemento principal pelas Nações Unidas para a elevação do status das mulheres nas sociedades, logo, para o alcance da igualdade de gênero.

### **2.3.1 Pequim + 5 - Mulheres 2000: igualdade, desenvolvimento e paz para o século XXI**

A primeira revisão da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres "Mulheres 2000: igualdade, desenvolvimento e paz para o século XXI " aconteceu em Nova Iorque, no ano 2000. O ECOSOC, requisitou que durante a revisão fossem debatidas questões emergentes, tendências e novas abordagens a problemas que afetam a situação das mulheres ou igualdade entre mulheres e homens que exigiam atenção urgente, assim como fazerem recomendações substantivas sobre as mesmas (UM WOMEN, 2000).

A Assembleia Geral aprovou por consenso a Declaração Política e as "novas ações e iniciativas para implementação da Plataforma de Ação de Pequim" (UM WOMEN, 2000). O presidente da Assembleia Geral afirmou que não houve nenhum retrocesso nos discursos dos representantes de governos, assim como das entidades que estiveram presentes na reunião, no que diz respeito a evolução das políticas de afirmação da igualdade de gênero.

Durante a reunião, Governos a comunidade internacional, procuraram reafirmar seu compromisso com a Plataforma de Ação e uma agenda de desenvolvimento que tivesse a igualdade de gênero como princípio principal. O documento final reconhece que os esforços no sentido de “assegurar o avanço das mulheres necessitaram combinar um foco sobre as

condições das mulheres e necessidades básicas com uma abordagem holística baseada na igualdade de direitos e em parcerias, na promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (UM WOMEN, 2000).

Também procurou reafirmar a importância do *gender mainstreaming* em todas as áreas e em todos os níveis e a complementaridade entre *mainstreaming* e atividades especiais destinadas às mulheres. Foram detectadas algumas áreas que necessitavam de uma atenção maior, como: Educação; serviços sociais e de saúde; incluindo a saúde sexual e reprodutiva; a pandemia da AIDS; violência contra mulheres e meninas; vulnerabilidade das mulheres migrantes, exploração e tráfico de mulheres; desastres naturais etc. Um ponto que pode ser visto como novo no âmbito do desenvolvimento das mulheres foi a formulação de estratégias para permitir às mulheres e aos homens a conciliação e dividir igualmente responsabilidades profissionais e familiares (UM WOMEN, 2000)

Por fim, em seu documento final, foi destacada a necessidade de um aumento no nível de cooperação internacional, assim como no fluxo de recursos para os objetivos da Plataforma de igualdade de gênero, desenvolvimento e paz, “em particular através de reafirmação e cumprimento da meta internacionalmente acordada de 0,7 por cento do produto nacional bruto dos países desenvolvidos para assistência global oficial ao desenvolvimento e apoio à iniciativa de Colômbia para a redução da dívida e da iniciativa 20/20” (UNWOMEN, 2000).

O documento final também sublinhou a necessidade de identificar e implementar soluções duráveis dirigidas ao desenvolvimento que liguem a perspectiva de gênero à dívida externa dos países em desenvolvimento, com o objetivo de ajudar estes países com o financiamento de programas de desenvolvimento voltados para as mulheres. No entanto, nenhuma conclusão aprovada foram adotadas. (UNWOMEN, 2000)

Contudo, durante a sessão foi acordado entre os países membros a erradicação da pobreza, nomeadamente através do empoderamento das mulheres em todo o seu ciclo de vida, num mundo globalizado.

### **2.3.2 Pequim+ 10: Beijing at Ten and Beyond**

No ano de 2005, os Estados-Membros das Nações Unidas realizaram uma nova revisão dos progressos a implementação da Declaração de Beijing e Plataforma de Ação.

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) já estavam em vigor, foi estabelecido o terceiro objetivo “Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até 2015” (PNUD), assim como o empoderamento das mulheres.

O relatório do Biejing+10 afirma que a continuação de problemas relacionados ao gênero em várias partes do mundo se dá pelo por diversos fatores, como “a baixa representação das mulheres na tomada de decisões em ambos os setores público e privado, a desigualdade no emprego e oportunidades econômicas, acesso desigual aos recursos econômicos e sociais, incluindo a educação, saúde, violência contra mulher e problemas causados por crises ambientais” (UN WOMEN, 2010).

A lentidão do progresso do desenvolvimento das mulheres foi atribuída a grande diferença entre política e execução, assim como a persistência de atitudes e práticas discriminatórias contra as mulheres. O fato de que pouco avanço foi feito na implementação do compromisso com a integração da perspectiva de gênero nas tomadas de decisão, também contribuiu para a estagnação do progresso. Como o resultado da revisão de dez anos, se comprometeu em criar ações para que fosse possível garantir a aplicação plena e acelerada dos objetivos de desenvolvimento, incluindo aqueles presentes nos ODM's (UN WOMEN, 2010).

### **2.3.3 Pequim em 15**

O ano de 2010 marcou o décimo quinto aniversário da implementação da Declaração de Pequim. A Plataforma de Ação criada em 1995, possibilitou o avanço da discussão sobre gênero no âmbito das Nações Unidas, como também na criação de programas e metas para o desenvolvimento da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Desde a Conferência de Pequim, progressos foram alcançados em algumas áreas, principalmente na educação. No entanto, mesmo com a criação de uma legislação *gender-sensitive* e com aplicação de políticas com o objetivo de diminuir o nível de desigualdade, o progresso global continua desigual. De acordo com o relatório Women Watch, das Nações Unidas, existem disparidades entre os avanços em regiões a nível mundial e dentro dos

países. Médias globais também escondem diferenças entre as mulheres com base na localização, situação econômica, etnia, idade, deficiência etc. (DPI, 2010).

Foi questionado durante a reunião o porquê de depois de quinze anos, ainda haverem muitos desafios para que seja alcançada a igualdade de gênero. Uma série de questões foram identificadas como sendo a causa desse atraso, são elas: o baixo nível de representação feminina em tomadas de decisão; violência contra as mulheres; pouco envolvimento de homens e meninos dificultam os avanços para a igualdade de gênero (a mudança social só pode ser alcançada quando homens e meninos forem envolvidos em medidas que buscam eliminar a violência contra as mulheres e a superação de estereótipos); as mulheres continuam a ser responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico; prevalência de estereótipos negativos de gênero (DPI, 2010).

Para que haja avanços, ao fim da reunião, os representantes dos Estados-membros e de organizações internacionais, chegaram ao consenso de que, os governos devem dar atenção prioritária para encarar os desafios que as mulheres enfrentam. Eles acreditam que " a adoção de leis e políticas não é o suficiente, elas têm de ser efetivamente implementadas. Medidas que ajudam a garantir uma implementação bem-sucedida de leis e políticas incluem capacitação de funcionários públicos assim como conscientizar as mulheres de seus direitos, bem como a atribuição de recursos adequados para a implementação.

A parcela dos orçamentos e da ajuda ao desenvolvimento especificamente dedicado à igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, tanto através do *gender mainstreaming* quanto de atividades voltadas para as mulheres, devem ser aumentados. A vontade política e liderança são fundamentais para a geração de uma ação voltada para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas e para o progresso no desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos. Só então, os Estados serão capazes de terminar a agenda que o compromisso de 15 anos atrás, em Pequim, atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e responder eficazmente às crises globais” (DPI, 2010, p. 2)



## **CAPÍTULO III- O empoderamento no âmbito das Nações Unidas**

O conceito de empoderamento passou a ganhar espaço no campo do desenvolvimento a partir da década de 1980. Ele é compartilhado por diversas áreas de estudo, como por exemplo, na economia e psicologia. Graças a essa abrangência, ainda não existe uma definição clara para o termo, o que é considerado por alguns como sendo um ponto positivo, pois creem que a criação de um significado único de empoderamento pode vir a estereotipar o conceito. (KASMEL, 2011, p. 1)

O empoderamento, de forma geral, compete à capacidade do indivíduo de “adquirir controle sobre forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, a fim de tomar medidas para melhorar as suas condições de vida (ISRAEL et al, 1994). É o processo pelo qual os indivíduos e as comunidades estão habilitados a adquirir o poder e agir de forma eficaz na obtenção de um maior controle, eficácia e justiça social”. (SOLOMON, 1976; RAPPAPORT, 1981, 1985; MINKLER, 1992; FAWCETT et al., 1994; ISRAEL et al, 1994 apud KASMEL, 2011).

Para dar início à discussão sobre empoderamento é fundamental que se entenda o conceito de poder, já que no centro da noção de empoderamento está a ideia de poder. Uma maneira de pensar sobre o poder é em termos da capacidade de fazer escolhas: ser desempoderado, portanto, implica em ser negado o poder de escolha. Já quanto ao nível de organização, o poder vem da capacidade de criar uma liderança compartilhada, assim como a possibilidade de tomada de decisão comum. (KASMEL, 2011, p. 3).

Empoderamento é um processo que promove o poder (isto é, a capacidade de implementação) em pessoas, para uso em suas próprias vidas, suas comunidades e em sua sociedade, agindo sobre as questões que elas definem como importantes. (CZUBA, 1999, apud KASMEL, 2011).

Assim, a noção de empoderamento está ligada de forma inevitável ao desempoderamento, ou seja, “aos processos pelos quais aqueles que foram negados a capacidade de fazer escolhas adquirir tal capacidade. Dessa forma, é correto dizer que, o empoderamento implica um processo de mudança” (KABEER, 1999, apud KASMEL, 2011, p. 4).

Se faz necessário destacar a importância da capacitação para o conceito de poder e, consequentemente, de empoderamento. A capacitação possui significados diferentes dentro dos diversos campos onde este conceito é estudado. Kasmel (2011) cita Fawcett (1996) para explicar melhor o conceito de capacitação dentro do empoderamento. Sobre a “capacidade de empoderamento”, Fawcett (1996) a define como “a capacidade de influenciar as condições da comunidade, com programas, políticas e resultados”. (KASMEL, 2011, p. 6).

Jupp (2000), afirma que a construção da “capacitação” real significa dar aos grupos a independência para gerir os recursos. A capacitação possui um significado mais amplo do que apenas a formação e desenvolvimento dos indivíduos, assim como seu objetivo a longo prazo, que assume o controle e apropriação do processo (de capacitação). (KASMEL, 2011, p. 6).

Como já dito anteriormente, o conceito de empoderamento tornou-se uma ferramenta indispensável para a promoção da igualdade de gênero no mundo. No entanto, a forma como ele é promovido pelas Nações Unidas não é totalmente aceita. Alguns estudiosos da área acreditam que o conceito de empoderamento utilizado pela ONU apenas abarca uma parcela da população feminina mundial, o que faz com que suas políticas não possuam grande alcance ou eficácia.

Dito isto, o terceiro capítulo busca fazer uma análise do conceito de empoderamento no âmbito das Nações Unidas, como ele é utilizado nos programas de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, utilizando o argumento da educação como elemento crucial para o empoderamento das mulheres. Ainda neste capítulo serão trazidas críticas à concepção de empoderamento da ONU e o porquê de os avanços alcançados serem desiguais.

### **3.1 Conceito de Empoderamento no âmbito do Gênero e Desenvolvimento**

O empoderamento das mulheres tem sido a meta principal para a promoção do desenvolvimento das mulheres por muito tempo. Ele foi escolhido como sendo o caminho para o progresso do status feminino pois acredita-se que a participação das mulheres na política, assim como a garantia da sua saúde, direitos legais, bem-estar social entre outros,

estão intrinsecamente ligados à sobrevivência das crianças e uma melhoria da condição humana.

Alcançar a igualdade de gênero é fundamental para a formação de uma sociedade democrática que aspira a justiça social e os direitos humanos. Ela é alcançada por abordar os desequilíbrios em famílias, comunidades e nações. Assim, é necessária uma ação nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais para garantir que as mulheres não sejam objeto de discriminação. (Njogu, Orchardson-Mazrui 2010. )

O debate sobre empoderamento, no que diz respeito ao gênero e desenvolvimento, é bastante controverso. De acordo com Sarah Mosdale (2005), “empoderar” as mulheres se tornou um objetivo frequentemente citado nos debates sobre desenvolvimento. No entanto, enquanto existe um número significativo de literatura discutindo como o empoderamento das mulheres tem sido ou pode ser avaliado, ainda há grande dificuldade em fazê-lo.

Para a autora, o empoderamento das mulheres “é o processo pelo qual as mulheres redefinem os papéis de gênero de forma a alargar as suas possibilidades de ser e de fazer” (MOSDALE, 2005, p. 10). Já para Naila Kabeer, o termo empoderamento significa a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas. O indivíduo possui poder quando é capaz de fazer suas próprias escolhas, ou seja, o empoderamento significa a possibilidade de mudança (no indivíduo, na sociedade etc.).

Contudo, para que as escolhas dos indivíduos sejam “reais”, algumas condições devem ser cumpridas: devem haver alternativas - a capacidade de ter escolhido de forma diferente. Por exemplo, pobreza e desempoderamento são características que andam lado a lado. Isso se deve a incapacidade do indivíduo de satisfazer as próprias escolhas; as alternativas não devem apenas existir, mas também serem vistas. (KABEER, 2013, p. 14, apud. MOSDALE. 243)

Estudiosos da área do desenvolvimento utilizam o termo empoderamento para explicar coisas diferentes. A partir de então, Sarah Mosdale (2005) separa quatro aspectos que são “aceitos” dentro da literatura sobre o empoderamento das mulheres. O primeiro deles parte da premissa de que para se empoderar o indivíduo tem que ser desempoderado. Então, a autora afirma que é correto falar de empoderamento das mulheres porque, como um grupo, elas são desempoderadas em relação aos homens.

No segundo aspecto, o empoderamento não pode ser concedido por terceiros. Aqueles que buscam se empoderar devem reivindicá-lo. As agências de desenvolvimento não podem, portanto, empoderar as mulheres - o máximo que podem fazer é facilitar o empoderamento das mesmas.

O terceiro aspecto versa sobre o empoderamento como um “fenômeno” individual. Ou seja, as pessoas tomam decisões sobre questões que são importantes para suas vidas. Já o quarto e último aspecto, considera que o empoderamento é um processo contínuo, e não um produto. Não há meta final. “Um indivíduo não chega a uma fase de ser empoderado em um sentido absoluto. As pessoas estão empoderadas, ou desempoderadas, em relação aos outros ou, mais importante, em relação a si mesmos em um momento anterior”. (MOSDALE, 2005, p. 245)

Embora as razões para a falta de poder das mulheres sejam bastante variadas, é necessário questionar o que elas possuem em comum a este respeito (o desemperramento). O fator comum é que, como mulheres, todas são constrangidas por “normas, crenças, costumes e valores através do qual as sociedades diferenciam homens e mulheres” (KABEER, 2000, p. 22, apud MOSDALE, 2005, p. 244).

A forma como as mulheres vêm a ser desempoderadas variam culturalmente e ao longo do tempo. Isso pode ser percebido, por exemplo, ao se observar o rendimento salarial inferior das mulheres em relação aos homens, ou nas taxas relativas de sobrevivência de meninas e meninos, assim como pelas restrições à mobilidade das mulheres em algumas sociedades, principalmente em países muçulmanos, como por exemplo, na Arábia Saudita. Praticamente em todos os lugares o desempoderamento feminino pode ser visto na “violência doméstica, nos fóruns de decisão dominados pelos homens e no acesso inferior das mulheres a bens/ativos de vários tipos”. (MOSDALE, 2005, p. 244)

O nível de empoderamento da mulher pode variar, por vezes, enormemente, de acordo com vários critérios, como a sua classe ou casta, etnia, riqueza relativa, idade, condição na família etc. e qualquer análise sobre empoderamento das mulheres ou a falta do mesmo deve levar em consideração essas outras dimensões contributivas. (MOSDALE, 2005, p. 244)

Como dito anteriormente, as relações de gênero variam geograficamente (assim, consequentemente, culturalmente) e com o tempo, então elas devem sempre ser analisadas no contexto em que se encontram. É importante ressaltar que elas não são imutáveis. Não

obstante, algumas manifestações de relações de gênero são muitas vezes defendidas de forma impetuosa e são consideradas como sendo "naturais" ou “sagradas”.

Essas noções culturais se tornam um desafio para o desenvolvimento, uma vez que muitas das intervenções feitas para que haja um progresso nas condições de vida das mulheres são fortemente contestadas por tomadores de decisão de certas sociedades. Portanto, a análise da situação das mulheres deve “basear-se na realidade de suas vidas, ao invés de em uma suposição generalizada de que são oprimidas” (MOSDALE, 2005, p. 245). Essas questões serão tratadas mais abaixo onde serão mostradas as críticas ao conceito de empoderamento, assim como aos mecanismos de avaliação e criação das políticas de empoderamento.

### **3.2 O Empoderamento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

Nos últimos 15 anos, notou-se um considerável progresso no que diz respeito a igualdade de gênero. No entanto, esse progresso veio de forma lenta e desigual. Hoje em dia, o fato de que a igualdade de gênero é um fator importante para que outras áreas do desenvolvimento consigam resultados positivos é aceito pela maioria das instituições, como por exemplo OCDE, UNESCO e PNUD. Contudo, deve-se ter cuidado para que a igualdade de gênero não se torne apenas uma ferramenta para que seja alcançado outros resultados do desenvolvimento. É de extrema importância que se mantenha o foco para que questões de desigualdade de gênero que precisam ser superadas sejam asseguradas. (Woodroffe, Smee, 2012, p. 6)

No ano 2000, 191 nações firmaram um compromisso junto as Nações Unidas para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. A partir deste esforço foram criados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que tinham como data limite para o alcance de seus objetivos o ano de 2015.

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres é a terceira das oito metas dos ODM. De acordo com a definição das Nações Unidas, o empoderamento das mulheres significa a possibilidade de participar plenamente da vida econômica em todos os setores. A maior participação das mulheres é essencial para a “construção de economias mais fortes e

para alcançar os objetivos acordados internacionalmente para o desenvolvimento e sustentabilidade, e melhorar a qualidade de vida para mulheres, homens, famílias e comunidades” (UNIFEM, 2012). Os indicadores para a igualdade de gênero são:

- Razão meninas/meninos no ensino básico, médio e superior;
- Porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola;
- Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional;

A organização também ressalta a importância do setor privado para a promoção do empoderamento das mulheres, pois acredita que este seja um parceiro fundamental nos esforços para promover a igualdade de gênero. Empoderar mulheres e promover a igualdade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, a participação econômica das mulheres (sua presença no mercado de trabalho em termos quantitativos) é importante não apenas para a diminuição dos níveis desproporcionais de pobreza das mulheres, mas também como medida importante para o aumento da renda familiar, vindo assim a estimular o desenvolvimento econômico dos países. (UNIFEM, 2005).

No que diz respeito à globalização, de acordo com o relatório, embora tal processo tenha gerado oportunidades, principalmente para produtores e empreendedores locais, que alcançaram os mercados internacionais, este também intensificou as desigualdades e inseguranças para muitas mulheres pobres. Como os ganhos da globalização concentram-se em indivíduos que possuem um maior índice de escolaridade – devido aos recursos e acesso ao capital –, mulheres pobres, em geral, são as menos capacitadas a apreender oportunidades oferecidas a longo prazo. Porém, a globalização mudou dramaticamente as condições pelas quais a luta por igualdade de gênero tem se desenvolvido, principalmente em países em desenvolvimento. (UNIFEM, 2005).

Foram desenvolvidos pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global das Nações Unidas os “Princípios de Empoderamento das Mulheres”, que têm como objetivo oferecer orientações práticas sobre formas de capacitar as mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade. De forma geral, os princípios são: estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de

gênero, no mais alto nível; tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação; garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa; promover a educação, formação e desenvolvimento profissional para as mulheres; implementar desenvolvimento empresarial, cadeia de suprimentos e de marketing práticas que capacitam mulheres; promover a igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa; e medir e publicamente relatar o progresso no alcance da igualdade de gênero. (UNIFEM, 2012).

Woodroffe e Smee (2012) argumentam que o ODM3<sup>7</sup> teve um impacto positivo no debate internacional sobre a igualdade de gênero ao longo da última década. Elas acreditam que a inclusão deste objetivo sinalizou o reconhecimento pelos Estados-Membros da importância da igualdade de gênero para atingir o desenvolvimento. A implementação de programas de desenvolvimento criados no âmbito dos ODM resultou em um impacto positivo, já que, ele promoveu uma inclusão mais ampla do gênero na agenda do desenvolvimento.

O monitoramento do progresso dos ODM's mostrou o interesse de alguns governos em considerar as questões de desigualdade de gênero no seu contexto nacional. Alguns países têm produzido seus próprios objetivos nacionais, que se adequam as realidades locais e foram além das áreas de indicadores oficiais que tratam sobre a questão de gênero. Uma pesquisa feita com organizações sociais de 36 países em desenvolvimento mostrou que 64% acreditaram que os ODM contribuíram para uma maior igualdade de gênero nos seus países (WOODROFFE; SMEE, 2012).

Woodroffe e Smee (2012) argumentam que também houve uma maior atenção política voltada para as necessidades de meninas e mulheres ao redor do mundo, assim como novos investimentos em gênero, tanto em relação aos recursos e quanto em termos de aumento de conhecimentos técnicos. No entanto, no que diz respeito aos programas de desenvolvimento, não houve muito avanço.

De acordo com o relatório do ano de 2015 da OCDE, os progressos dos ODM's para o desenvolvimento das mulheres foram "misto". Embora a igualdade de gênero no acesso ao

---

<sup>7</sup> ODM3: Terceira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Possui como finalidade a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

ensino primário quase tenha sido alcançada na maioria dos países, ainda há 68 países (países da África Subsaariana, Oriente Médio e Oceania) que não conseguiram alcançar a meta. Além disso, as disparidades de gênero aumentam na educação quando se analisa os níveis secundário e terciário de ensino na maioria dos países em desenvolvimento (OCDE, 20015).

No que diz respeito ao nível de empregos, embora tenha havido um aumento do número de mulheres que entraram no mercado de trabalho nos últimos tempos, grande parte delas trabalham no mercado informal, onde as condições de trabalho são precárias, e recebendo salários baixos. Essa situação faz com que o risco de pobreza aumente, fazendo com que a possibilidade que ela venha a superar a pobreza se torne cada vez menor. (OCDE, 2015)

A diferença salarial entre homens e mulheres é um dos problemas que não foi resolvido com os ODM's. As mulheres recebem salários inferiores em todos os países do mundo, até nos mais desenvolvidos, onde há um nível alto de igualdade como Suécia, Dinamarca e Noruega. Ainda no que diz respeito ao trabalho, o nível de mulheres em cargos de chefia, ainda que tenha melhorado, continua muito aquém do esperado. (OCDE, 2015)

Os ODM's tiveram seus méritos, porém, ainda há muito no que avançar. De acordo com dados do Banco Mundial, durante o período em que os ODM's estavam em vigor, apenas 2 países de 130 alcançaram a igualdade de gênero em todos os níveis de ensino; apenas 16% dos cargos de nível ministerial são ocupados por mulheres (dado de 2010); 40% dos empregos em setores não agrícolas eram ocupados por mulheres em 2011; apenas 1% do crédito agrícola mundial vai para mulheres africanas. Portanto, fica como responsabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dar prosseguimento as metas que foram acordadas na agenda 2000-2005 (Banco Mundial, 2015).

### **3.2.1 Análise do empoderamento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

Nesta sessão do trabalho, explorarei a perspectiva da autora britânica, Naila Kabeer, sobre o empoderamento das mulheres, usando sua obra “Gender equality and women’s empowerment: a critical analysis of the third Millennium Development Goal” como base. A autora argumenta que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são



características intrínsecas, não um objetivo instrumental, afirmando que meios como a educação devem ser utilizados para eliminar as disparidades de gênero em todos os níveis.

Existem evidências que provam que o acesso à educação pode trazer mudanças na capacidade cognitiva, o que é essencial para a capacidade das mulheres de questionar, refletir e agir sobre as suas condições de vida e para ter acesso ao conhecimento, à informação e novas ideias. Por exemplo, no Quênia, constatou-se que as mulheres com, pelo menos, quatro anos de escolaridade foram capazes de entender corretamente as instruções para a administração de sais de reidratação oral, mas apenas aquelas com, no mínimo, o ensino secundário completo, foram capazes de explicar as causas ambientais da diarreia. (KABEER, 2012).

Kabeer (2012) ainda argumenta que a educação faz com que as mulheres se tornem mais conscientes do seu bem-estar. Ela cita como exemplo o Zimbábue, onde estudos feitos no país constataram que, entre os fatores que aumentaram a probabilidade das mulheres a terem acesso a métodos contraceptivos e ao atendimento pré-natal (ambos sendo de grande importância para a sobrevivência materna e bem-estar da criança e da mãe), estavam o acesso à educação e ao trabalho remunerado. (KABEER, 2012)

A autora cita três indicadores de progresso do terceiro objetivo dos ODM (que busca alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres): acabar com o hiato de gênero na educação em todos os níveis; aumentar a proporção de mulheres empregadas em setores não agrícola, assim como o aumento do salário; e aumentar a proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais.

Em seu texto, Kabeer (2012) interpreta que cada um dos recursos citados por estes indicadores (educação, emprego e participação política) são consideradas características essenciais para a construção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. (KABEER, 2012)

Como dito anteriormente, Kabeer (2012) entende como empoderamento a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas. Contudo, a autora argumenta que nem todas as escolhas são igualmente relevantes para a definição de poder. Algumas escolhas possuem mais importância do que outras no que diz respeito às suas consequências para a vida das pessoas. As escolhas estratégicas incluem onde viver, querer se casar, querer ter filhos, quantos filhos ter etc. Estas escolhas ajudam a moldurar as outras opções que podem ser importantes para a qualidade da vida do dia-a-dia das pessoas, mas que não constituem seus

parâmetros definidores. Finalmente, a capacidade de fazer escolhas estratégicas não deve violar essa capacidade por parte dos outros. (KABEER, 2013, p. 14).

Para a autora, o conceito de empoderamento pode ser explorado através de três dimensões inter-relacionadas: agência, recursos e os resultados. A agência representa os processos pelos quais escolhas são feitas e postas em vigor, sendo assim, essencial para o conceito de empoderamento. A agência, em relação ao desenvolvimento do empoderamento, implica não apenas exercer ativamente o poder de escolha, mas também em fazê-lo de maneiras que desafiem as relações de poder. (KABEER, 2013, p. 15).

Existem duas formas distintas de agências: as agências passivas (onde são tomadas medidas quando há pouca escolha) e as ativas (comportamento proposital). Ela também versa sobre uma outra forma de agência, onde se percebe uma maior eficácia da mesma, ela é conhecida como agência “transformadora”. O primeiro se relaciona com uma maior eficiência das mulheres no desempenho das suas funções e responsabilidades, o último foca na sua capacidade de agir sobre os aspectos restritivos destes papéis e responsabilidades, a fim de desafiá-los. A autora cita como exemplo a Índia, onde a redução da mortalidade infantil tem sido associada com o aumento da alfabetização feminina. Isto pode ser interpretado como o produto da efetividade das agências no que diz respeito às mulheres e seu papel de mãe. (KABEER, 2013, p. 15)

Os recursos são os meios pelos quais a agência trabalha. Eles são distribuídos pelas várias instituições de uma sociedade. Nas instituições, determinados atores possuem uma posição privilegiada em detrimento de outros a respeito de como as regras, normas e convenções são interpretados, bem como a forma como elas são colocados em prática. A forma pelo qual os recursos são distribuídos depende da capacidade dos indivíduos ou grupos de definir prioridades e fazer valer suas reivindicações. Isso define as condições em que os recursos são disponibilizados. (KABEER, 2013, p. 15)

Tanto a agência quanto os recursos “criam” capacidades para os indivíduos, ou seja, criam potencial para que os indivíduos possam ter a vida que querem ter. Já os resultados referem-se à medida em que este potencial se realiza ou não, ou seja, os resultados dos esforços dos indivíduos. (KABEER, 2013, p. 15)

A autora conclui que as relações de gênero, assim como todas as relações sociais, são multifilares, ou seja, “elas incorporam ideias, valores e identidades; alocam trabalho entre diferentes tarefas, atividades e domínios; determinam a distribuição dos recursos; e atribuem autoridade, agência, e poder de decisão. Isto significa que as desigualdades de

gênero são multidimensionais e não podem ser reduzidas a um conjunto único e universalmente aceito de prioridades. ” (KABEER, 2013, p. 23).

Assim, pode-se argumentar que cada um dos três indicadores citados acima possui real potencial para fazer a diferença nas condições de vida das mulheres. Cada um deles podem trazer mudanças imediatas, com consequências de longo prazo. Algumas podem ser mais estratégicas do que outras, mas todas possuem potencial de transformação, desde que a mudança em questão proporcione uma expansão das escolhas das mulheres. (KABEER, 2013, p. 23).

Com o fim do prazo para a realização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, fica a cargo dos países membros, assim como das organizações e instituições, observarem o que foi feito, os erros e acertos e, partir de então, fazerem um esforço maior para que haja uma evolução das metas que não foram alcançadas durante o período dos ODM, agora com os ODS.

### **3.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS**

Com o fim da agenda 2000-2015, buscou-se renovar e atualizar os compromissos com o desenvolvimento. Assim, foi decidido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, a continuação dos objetivos e metas que foram acordados com os ODM para a Agenda Pós-2015. Então, no ano de 2016 entrou em vigor os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que têm como finalidade, um desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes (PNUD, 2015).

A Agenda Pós-2015, segundo o relatório do PNUD, constitui em um plano de ação para a prosperidade das pessoas e do planeta. Ela tem como objetivo a erradicação da pobreza, principalmente da pobreza extrema, assim como garantir a paz mundial e proporcionar mais liberdade para os indivíduos. Os ODS foram construídos sobre as bases dos ODM's, e buscará complementar e aprimorar o trabalho que foi realizado pelas ODM's. “São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (PNUD. 2015). No que diz respeito a igualdade de gênero, os ODS têm como metas:

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte;

- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas;
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado;
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública;
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional.
- População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão.

Algumas dessas metas, como por exemplo a de “reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado”, vêm como respostas a críticas aos métodos de formulação e avaliação dos programas de empoderamento das ODM’s. Se espera que os ODS sejam implementados em um processo evolutivo, para que não se percam os avanços já garantidos e não se compartimentalizem as ações. (PNUD Brasil. 2015)

#### **4. Crítica a eficácia de políticas de empoderamento**

Jawad Syed (2010) questiona a eficácia das políticas de empoderamento e a forma como elas são criadas. O autor critica os mecanismos de criação e avaliação das políticas de empoderamento ao argumentar que, mesmo nos dias de hoje, ainda se observa o paradigma eurocêntrico dominante no debate sobre igualdade de gênero e a igualdade de oportunidades, encontradas no Gender Empowerment Measure (GEM) usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir o avanço dos programas de empoderamento.

O domínio do feminismo do Norte na criação das políticas de empoderamento, pode vir a prejudicar o avanço das mesmas em vários países, pois, muitas vezes, não são levadas em consideração as especificidades de cada país, cidade ou tribo. Pode-se dizer que o feminismo “eurocêntrico”, ou, em melhores palavras, a utilização do mesmo como base para formulação de políticas e programas para o desenvolvimento, gera uma padronização das mesmas, fazendo com que não ocorram mudanças significativas em certas sociedades.

Uma política criada com o objetivo de empoderar mulheres pode não ter o mesmo efeito ou significância para mulheres que vivem no Quênia ou na Índia comparado a mulheres que vivem nos Estados Unidos ou no Brasil. Acredita-se ser necessário um maior investimento na produção literária sobre empoderamento que inclua temas como a cultura para que haja um maior aproveitamento dos investimentos em políticas de empoderamento.

As características que formam as bases das estruturas de cada sociedade são muito importantes para a análise e criação de políticas de desenvolvimento e empoderamento das mulheres, já que questões como cultura e religião influenciam na construção da noção de gênero, impactando conseqüentemente nas variações das relações de poder entre homens e mulheres. As autoras Njogu e Orchardson-Mazrui (2006), argumentam que a cultura pode realmente ser uma aliada de grande importância para o empoderamento das mulheres, já que a mesma possui atributos positivos, assim como espaços que poderiam ser reformulados com o objetivo de lidar mais deliberadamente com questões como doenças, participação política, bem-estar econômico, paz etc.

Segundo Johanna Schalkwyk (2000), o termo desenvolvimento significa mudança, e as políticas de desenvolvimento (criadas por governos, ONGs ou agências de desenvolvimento) são os investimentos na promoção de mudanças sociais e econômicas. Algumas ações criadas para o desenvolvimento de certo lugar buscam alterar valores e práticas que configuram as relações sociais do local. A autora cita como exemplo a transição para economias de mercado e o apoio a propriedade privada como um valor cultural. No entanto, outros tipos de ações, que não visam a cultura, possuem impactos sobre as relações sociais que caracterizam uma cultura.

Decisões tomadas durante o processo de criação de políticas de desenvolvimento podem moldar o tipo de impacto que elas terão sobre a cultura e tradições de uma sociedade. Então, mesmo que a questão da igualdade de gênero não fosse considerada como parte central de certa política, as decisões tomadas no processo de planejamento terão algum efeito sobre a igualdade de gênero. Logo, fica clara a importância de ser o que Schalkwyk (2000)

chama de “culturalmente sensível” no que se refere as políticas de desenvolvimento, porém, o respeito as diversas culturas não significa dizer que não deva haver uma análise crítica, principalmente quando a cultura ou a tradição são usadas como justificativas para práticas discriminatórias.

[...] A pesar de reconhecer que existem inúmeras práticas culturais que requerem imediata erradicação é necessário e muito importante perceber que ainda existem muitas outras que são úteis, em potencial ou em realidade (Schalkwyk, 2000, p. 10).

Entretanto, o que se entende como cultura? De acordo com Njogu e Orchardosn-Mazrui (2006), a cultura pode ser vista como "a soma total do modo de vida de um povo. Ela inclui normas e valores de uma sociedade: a sua religião, política, economia, tecnologia, hábitos alimentares, medicamentos, regras do casamento, leis e assim por diante" (NJOGU; ORCHARDOSN-MAZRUI, 2010, p. 3).

Segundo Geertz<sup>8</sup> (1973), a análise sobre a cultura "começa com a suposição de que o pensamento humano é tanto público quanto social - que o seu habitat natural é o quintal da casa, o mercado local, e a praça da cidade" (GEERTZ, 1973 apud NJOGU; ORCHARDOSN-MAZRUI, 2010, p. 1).

De acordo com as autoras, a interpretação de Geertz sobre a cultura possui as implicações necessárias sobre os mecanismos de poder e controle incorporados na cultura, que permitem a exploração da desigualdade de gênero.

É através da cultura que se é capaz de entender e identificar os pontos fracos e fortes das sociedades e dos indivíduos. Deste modo, ela se torna um espaço para a participação de diferentes forças e interesses. Então, a cultura é um aspecto importante para o desenvolvimento, pois ela o influencia através de suas diversas formas de expressão (atitudes

---

<sup>8</sup> Geertz A cultura é "um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instrumentos ("programas") - para o governo do comportamento" (1973, apud NJOGU; ORCHARDOSN-MAZRUI, 2010, p. 1).

e comportamentos relacionados com o trabalho; tradições sobre participação e apoio social; influências sobre valores e moral) (NJOGU; ORCHARDOSN-MAZRUI, 2006).

Como já é conhecido, a noção de gênero é uma construção social onde as expectativas, capacidades e responsabilidades de homens e mulheres não são necessariamente biologicamente determinadas. Porém, os papéis de gênero que são atribuídos a homens e mulheres estão definidos nas sociedades de forma expressiva (de forma estrutural e cultural) fazendo com que as relações de dominação masculina e a subordinação feminina sejam perpetuadas (NJOGU; ORCHARDOSN-MAZRUI, 2006, p. 3).

Contudo, de acordo com Njogu e Orchardosn-Mazrui (2006), não é apenas por meio da socialização que as desigualdades são criadas e implantadas. Elas acreditam que a existência de grandes lacunas na política, em estruturas legais das sociedades, assim como o baixo nível de oportunidades de investimento, dificulta o caminho para que as mulheres elevem seu status nas áreas sociais, econômicas e políticas.

O fato de que os campos da política e economia são dominados por homens geram a desigualdade. Apesar disso, é importante reconhecer que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são parte integrante do desenvolvimento nacional, assim como da consolidação da paz. Então, uma análise mais atenta às culturas de determinadas regiões pode melhorar ainda mais as políticas que têm como objetivo o desenvolvimento.

Njogu e Orchardoson-Mazrui (2006) citam como exemplo o caso de mulheres africanas, que ao longo do tempo, têm suportado o peso de tradições culturais, muitas das quais bastante opressivas e que, conseqüentemente, estancam o avanço das mulheres nessas sociedades. Em diversas sociedades africanas, as mulheres sofrem muito com a dominação masculina. As autoras estudaram a região dos Grandes Lagos Africanos, que vem enfrentando inúmeros problemas (conflito militar, instabilidade política, pobreza extrema, incerteza econômica, tensões sociais, doenças e desigualdade de gênero).

Como já é sabido, estes problemas são comuns dentro um contexto de avanços globais em ciência e tecnologia. No entanto, as autoras identificam que alguns desses desafios não são uma consequência apenas da globalização, das relações comerciais desiguais, subjugação colonial e etnia, mas que essas características que podem ter sido gerados pela cultura.

Em muitas sociedades africanas, são as mulheres que criam filhos e os ensinam, respeito, obrigações sociais etc. Elas, quando capacitadas, poderiam vir a contribuir de forma bastante significativa na reformulação dos papéis e expectativas de gênero. Njogu e Orchardson-Mazrui (2006) acreditam que as mulheres podem vir a superar o estereótipo e ao mesmo tempo cumprir o papel social e cultural da criação dos filhos e socialização. Assim, ações de empoderamento, principalmente no que diz respeito a educação, dirigidas às mães poderiam contribuir para a sua capacitação, vindo posteriormente a acarretar em uma reorganização e reestruturação das relações de gênero.

Porém, devido ao alto nível de patriarcalismo dos países que fazem parte da região dos Grandes Lagos, as oportunidades que visam aprimorar suas habilidades foram de certa forma negadas as mulheres. Elas possuem pouco, ou quase nenhum acesso à educação, capacitação e oportunidades econômicas. Já na esfera política, no que diz respeito à participação na tomada de decisões, o nível diminui ainda mais (NJOGU; ORCHARDSON-MAZRUI, 2006).

Para que haja um aumento na qualidade de vida das mulheres ao redor do mundo, principalmente das que vivem em países pobres e em desenvolvimento, seria necessário um grande esforço, assim como uma pesquisa cuidadosa sobre a estrutura sociocultural das sociedades, das organizações e instituições voltadas a criação de programas de desenvolvimento e empoderamento das mulheres, pois só entendendo como as relações de poder entre homens e mulheres funcionam em determinado local para que as políticas obtenham sucesso.

No entanto, tal tarefa não é fácil. Johanna Schalkwyk (2000) argumenta que os responsáveis por criar programas de desenvolvimento, assim como seus patrocinadores, possuem o receio de que a promoção da igualdade de gênero venha a "interferir com a cultura local", e, portanto, acreditam que as iniciativas não devem ser baseadas em razões étnicas.

[...]os valores culturais de uma determinada área são descritos como um grande constrangimento sobre os esforços para a igualdade de gênero, e, portanto, a ação é considerada difíceis por razões práticas (SCHALKWYK, 2000, p. 2).

Segundo a autora, é notável que as "identidades e relações de gênero são aspectos críticos da cultura, porque eles moldam a vida diária" (SCHALKWYK, 2000, p. 2), e que mudanças nas relações de gênero são muitas vezes contestadas porque possuem implicações



imediatas tanto para homens quanto para mulheres. Essa característica evidencia o fato de que os papéis de gênero (principalmente o papel das mulheres como esposas e mães) podem ser símbolos potentes de mudança ou de continuidade cultural.

Ela ainda argumenta que o potencial político desses símbolos é notável nas maneiras que os movimentos religiosos e políticos se relacionam com os papéis femininos nas sociedades. Esse entendimento serviu para destacar “a adesão aos valores religiosos ou culturais - e resistência às influências ocidentais” (SCHALKWYK, 2000, p. 3).

O fato de que as perspectivas sobre o papel das mulheres e da igualdade de gênero serem mantidas por uma pessoa ou grupo e não serem necessariamente compartilhadas por outros, requer um trabalho em conjunto com uma série de atores, incluindo aqueles que trabalham pelo desenvolvimento e igualdade. Porém, dentro dessa conjuntura, a questão crucial não é se as políticas devem intervir na cultura local, mas sim como (SCHALKWYK, 2000, p. 3).

"Para todas as iniciativas de desenvolvimento, o desafio é obter uma melhor compreensão do contexto e, em especial: identificar oportunidades positivas em prol da igualdade de gênero; ser informado sobre e trabalhar em cooperação com os governos e organizações da sociedade civil nos países parceiros. Estes desafios são particularmente relevantes para iniciativas que não incidem especificamente sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero" (SCHALKWYK, 2000, p. 4).

Mesmo com a dificuldade em incorporar características culturais no processo de criação de programas voltados para o desenvolvimento, Schalkwyk (2000) acredita que há um esforço das organizações de mulheres nos países membros para definir as questões de gênero e as estratégias para que seja alcançada a igualdade de gênero, através de instrumentos como a CEDAW. Para a autora, essas organizações de mulheres estão se tornando cada vez mais "sofisticadas" no uso desses instrumentos para promover reformas das leis e mudanças política, assim como na cobrança dos governos por compromissos acordados em convenções internacionais.

As Organizações internacionais de mulheres também estão buscando "compreender e responder às complexas interconexões entre gênero e nacionalidade, tradição e da religião" (SCHALKWYK, 2000, p. 6). No entanto, ainda se encontram dificuldades na luta dessas organizações para fazerem suas vozes serem ouvidas pelos principais meios de comunicação e instituições influentes.

Portanto, é possível afirmar que, para que haja um aumento no número de políticas de desenvolvimento e de empoderamento bem-sucedidas, é necessária uma análise de gênero por todas as organizações responsáveis, pois isso irá garantir que o planejamento foi baseado em fatos e análises ao invés de suposições. A falta de informação sobre fatores como padrões culturais básicos (como, por exemplo a divisão do trabalho por gênero) pode acarretar em falhas nos projetos, fazendo com que não seja possível para as mulheres alcançar o desenvolvimento.

#### **4.1 Reconstrução do empoderamento - Críticas aos Mecanismos de Avaliação e Medição**

As críticas que versam sobre a importância da introdução de aspectos culturais aos mecanismos de criação das políticas não são as únicas nesse contexto. Estudiosos da área argumentam pontos relevantes não são levados em consideração, como o viés capitalista e secular das agências que promovem o empoderamento, assim como uma noção de igualdade de oportunidades que não leva em conta a diversidade de gênero e suas implicações.

Buvinic *et al* (2008) argumenta que essa definição de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres tem sido criticada por ser bastante limitada. Ela diz que alguns acreditam que a noção de igualdade de gênero foi perdida com a Declaração do Milênio, pois, a declaração a deslocou a importância dada à igualdade de gênero para o desenvolvimento na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, no ano de 1995.

É importante destacar que o mecanismo que mede o nível de empoderamento das mulheres é diferente do que tem como objetivo medir a desigualdade de gênero. De acordo com Buvinic (2008) a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres não são sinônimos, então não podem ser avaliados a partir da utilização de um único indicador. “Os indicadores de igualdade medem o status das mulheres em relação ao status dos homens e são expressos como índices, enquanto indicadores de empoderamento medem mudanças nos níveis absolutos de o bem-estar das mulheres” (BUVINIC, 2008, p. 8).

Nessa sessão do trabalho, irei utilizar o argumento do autor Jawad Syed, que acredita que deve haver uma reconstrução do conceito de empoderamento das mulheres, já que ainda

se observa a predominância do paradigma eurocêntrico no que tange a igualdade de gênero e de oportunidades no âmbito das Nações Unidas, principalmente encontrado no Gender Empowerment Measure (GEM) usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como mecanismo (PNUD) como mecanismo de medição do avanço dos programas.

As pesquisas sobre gênero continuam a ser dominadas por paradigmas eurocêntricos, caracterizados por ideologias seculares e capitalistas (Essed, 2002; Mohanty, 1988; Firme, 2005; Syed, 2008), levando-se geralmente a um mapeamento abstrato dos sistemas de estratificação de gênero em vez de um levantamento contextualizado de diferenciação de gênero nas organizações e sociedades (Syed, 2010, p. 1).

O autor argumenta que vários estudiosos, incluindo os que são associados ao PNUD, discutem sobre os problemas encontrados na atual conceituação de gênero da organização. Contudo, ainda há um nível baixo de pesquisas sobre as questões de igualdade de gênero e de oportunidades em sociedades não ocidentais, com exceção de alguns autores como o próprio Syed e Naila Kabeer. Isso caracteriza uma necessidade de inclusão do “contexto sociocultural e religioso ao explorar o empoderamento de gênero nas sociedades não-ocidentais” (Syed, 2010).

Kabeer (1999 apud, Syed, 2010) acredita que o viés eurocêntrico dominante do conceito de empoderamento das mulheres não têm levado em conta a natureza diversa e complexa das relações de gênero em diversos contextos sócio-políticos. Para a autora, essa noção enviesada, que envolve a relação binária entre homens e mulheres, faz com que se coloque as mulheres como um grupo homogêneo, acarretando na privação as mulheres não-ocidentais de sua agência histórica e política.

Ela também observa que “a própria noção de empoderamento das mulheres tem como premissa um modelo de como as relações de gênero deveria ser, em vez de como eles são” (KABEER, 1999 apud SYED, 2010, p. 284).

Desta forma, o risco de prescrição é sempre incorporado em qualquer discussão sobre empoderamento das mulheres. O risco é mais real na pesquisa transcultural, pois as distâncias que separam o pesquisador do pesquisado são frequentemente incorporadas no condicionamento social de ambos. Kabeer argumenta que um ponto de vista normativo que não está suficientemente informado sobre as

mulheres, os conjuntos percebidos de possibilidades e limitações em diferentes contextos continuam a ser problemáticos. (SYED, 2010, p. 284)

O PNUD usa o GEM<sup>9</sup> (Gender Empowerment Measure) como um índice para medir o avanço do nível de empoderamento das mulheres. A medição dos níveis de desenvolvimento é dividida em três dimensões básicas do empoderamento – “participação econômica e tomada de decisão; participação política e tomada de decisão; e poder sobre os recursos econômicos” (PNUD, 2004, apud SYED, 2010, p. 283).

O GEM também tem como objetivo averiguar “a porcentagem de parlamentares e legisladores femininos, altos funcionários e gestores; e de trabalhadores- profissionais e técnico feminino e a disparidade de gênero nos rendimentos do trabalho, refletindo a independência econômica” (PNUD, 2004, apud. SYED, 2010, p. 283).

Os três componentes do GEM são calculados por meio da média ponderada por parte de cada um dos sexos na população total:

- O emprego feminino por atividade econômica é calculado com base no emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços.
- Os rendimentos (US\$) são calculados utilizando os seguintes dados: relação entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino; parte masculina e feminina da população economicamente ativa; total da população masculina e feminina e o PIB per capita (p. 264).
- Participação política das mulheres e tomada de decisão é calculada na base da porcentagem de mulheres parlamentares e legisladores num país.

A adoção do GEM como principal indicador o desenvolvimento de gênero é criticado por alguns estudiosos da área. Syed (2010) argumenta que o GEM é limitado "em seu alcance e valor por causa do seu viés capitalista e secular, e também porque ele é baseado em uma

---

<sup>9</sup> Gender indicators can refer to quantitative indicators based on sex disaggregated statistical data - which provides separate measures for men and women on literacy, for example. Gender indicators can also capture qualitative changes— for example, increases in women’s levels of empowerment or in attitude changes about gender equality. Measurements of gender equality might address changes in the relations between men and women, the outcomes of a particular policy, programme or activity for women and men, or changes in the status or situation of men and women, for example levels of poverty or participation. (UN- WOMEN 2010)

noção de igualdade de oportunidades que não leva devidamente em conta a diversidade de gênero e suas implicações no empoderamento” (SYED, 2010, p. 286).

Syed (2010) divide sua crítica ao mecanismo do GEM, assim como a conceituação de empoderamento das Nações Unidas, em quatro vieses, são eles: o viés capitalista, o elitista, o secular e o de similaridade.

#### **4.1.1 Viés Capitalista**

Para medir o nível de empoderamento das mulheres, o GEM foca na participação feminina no setor formal de emprego, o que mostra o viés capitalista do mecanismo. Estudiosos da área, até mesmo do Ocidente, mostram preocupação sobre essa característica, não apenas no que diz respeito a medição, mas também durante o processo de criação dos programas de empoderamento. Para eles, a definição de trabalho atualmente utilizada em estruturas capitalistas não considera atividades econômicas não remuneradas dos indivíduos dentro ou fora da casa, em vez disso o foco está no rendimento individual (SYED, 2010).

As feministas expressaram preocupações sobre o viés capitalista na definição e medição do trabalho [.....] Mernissi (1996: 14) afirma que a colonização desvalorizou o trabalho das mulheres resultando em "uma degradação específica do trabalho doméstico no âmbito do conceito capitalista que define o trabalho doméstico como não-produtivo e, portanto, não vem a integrar nas contas nacionais" (Syed, 2010, p. 284).

É importante destacar o fato de que, em certas religiões como o Islã, existe grande apego aos papéis familiares tradicionais que as mulheres desempenham. “Em uma sociedade islâmica ou católica, pode ser equivocado avaliar o empoderamento das mulheres com base na sua participação em atividades econômicas formais ou rendimentos” (SYED, 2010, p. 287).

O autor cita Hanny Cueva Beteta (2006), que argumenta que esse foco do GEM sobre a participação das mulheres em trabalhos profissionais e técnicos para medir a desigualdade de gênero faz com que se avalie o nível de desigualdade exclusivamente pela ótica da economia formal, o que seria uma falha na avaliação, pois este setor não tem tanta expressão em alguns países pobres onde a base principal da sua economia está focada na agricultura.

Beteta (2006) recomenda uma inclusão de novos indicadores que busquem medir o empoderamento das mulheres em populações menos favorecidas, como por exemplo, a análise da “parcela feminina da população em situação de pobreza, e as estatísticas sobre o desemprego das mulheres incluindo na porcentagem a força de trabalho daquelas que estão desempregadas, mas disponíveis e que procuram emprego” (BATETA, 2006, apud, SYED, 2010, p.284).

A autora também acredita que o fato do GEM não incluir outras dimensões que são importantes para o empoderamento das mulheres - como por exemplo a diminuição da violência contra a mulheres - na sua avaliação evidencia mais uma falha do mecanismo. Ela sugere que outras formas, as quais ela considera sutis, de mudanças são importantes e deveriam fazer parte da avaliação o GEM, como atitudes sociais e estereótipos de gênero (SAYED, 2010, p. 284).

Para entender melhor esse viés capitalista do empoderamento das mulheres, Syed (2010) acreditar ser necessário fazer um estudo mais aprofundado sobre a atual construção do conceito de empoderamento. Chafetz (1990, apud SYED, 2010) traz duas questões fundamentais a respeito da estratificação de gênero e a relação entre os sexos e a desigualdade em uma sociedade. A primeira delas foca em como a manutenção e reprodução da desvantagem do sexo feminino pode ser explicada? Já a segunda indaga sobre como a mudança no nível de desigualdade de gênero pode ser explicada?

O autor sugere que a resposta para sua primeira pergunta está na divisão de gênero que está enraizada tanto dentro quanto fora de casa. No que diz respeito a segunda questão, ele acredita que a resposta pode ser encontrada a partir da exploração dos processos que possuem como objetivo a mudança na divisão sexual do trabalho. Baseando-se em seus questionamentos, Chafetz argumenta que as oportunidades coletivas das mulheres (para o desenvolvimento) em relação aos homens está no aumento do acesso a recursos geração de trabalho (Sayed, 2010).

Existem indícios de que o foco voltado apenas ao acesso das mulheres ao trabalho remunerado não resulta, por si só, no empoderamento.

“Estatísticas recentes sugerem que, apesar de um crescente número de trabalhadoras do sexo feminino nas organizações, as mulheres tendem a ser empregadas em cargos inferiores e de remuneração baixa. Elas frequentemente

vivenciam dificuldades de progressão na carreira, rígidos estereótipos dos papéis de gênero, e permanecem como uma 'minorias social'" (SAYED, 2010. p. 285).

Estudos foram realizados a fim de compreender se a absorção das mulheres em indústrias de manufatura voltadas para a exportação criou as condições para o seu bem-estar e empoderamento. Razavi (2007), estudou o caso de três países cujas indústrias tiveram uma presença significativa e onde as mulheres têm constituído uma parte significativa da força de trabalho, Coreia do Sul, China e México. Em sua pesquisa, Razavi percebeu que as mulheres desses países geralmente confrontam queixas específicas do gênero, como por exemplo, serem as primeiras a serem demitidas quando a empresa sofre alguma crise, ou sofrem pela falta proteção social (no que diz respeito a gravidez - licença maternidade, por exemplo) no seu local de trabalho.

No entanto, os desafios enfrentados pelas mulheres não se encontram apenas no seu local de trabalho. Estudos apontam que as mulheres geralmente trabalham um "segundo turno", ou uma "dupla jornada de trabalho", quando chegam em casa, por conta dos seus afazeres domésticos. Além do mais, Syed (2010) argumenta que o aumento da participação das mulheres em organizações formais coincidiu com o aumento do número de mães solteiras, o que acarreta em novos desafios socioeconômicos.

Syed (2010) busca deixar claro que os exemplos acima citados não possuem o objetivo de subestimar a importância do acesso das mulheres a recursos econômicos. Pelo contrário, a entrada das mulheres no mercado de trabalho proporcionou a elas uma maior autonomia, não apenas nas sociedades industrializadas, mas também nos países em desenvolvimento.

Kabeer (1997 apud SYED, 2010) cita como exemplo o caso das mulheres de Bangladesh, onde a autonomia econômica proporcionou que as mesmas pudessem abandonar seus maridos abusivos e pudessem recomeçar suas vidas. Contudo, esses avanços não apagam o fato de que continuam a sofrer uma dupla carga de trabalho não remunerado no domicílio e trabalho remunerado. Isso faz com que haja uma falta de consenso no que tange a uma agenda normativa do empoderamento e gênero que foca no acesso das mulheres ao trabalho remunerado. Esses exemplos citados acima exemplificam o que Syed (2010) chama de "inadequação" da agenda capitalista no contexto do empoderamento feminino.

#### **4.1.2 Viés Elitista**

O segundo viés que Syed (2010) cita é o elitista. O autor argumenta que há um viés elitista claro em pelo menos dois componentes do GEM: a participação de mulheres no parlamento nacional, e em posições profissionais e técnicos do setor de emprego formal (KLASEN, 2006, p. 258 apud SYED, 2010, p. 286).

No entanto, a participação política das mulheres em conselhos locais e outras organizações sociopolíticas não são levadas em consideração; "e a participação das mulheres em empregos não profissional e não-técnicos, incluindo o sector informal é completamente ignorada" (GOETZ, 2004, apud, SYED 2010, p. 286).

No entanto, alguns acreditam que o nível de participação das mulheres no processo de tomada de decisão política pode não ser suficiente para medir o poder das mulheres em sociedades onde a religião possui grande influência política na vida cotidiana, o autor cita o Irã<sup>10</sup> como exemplo.

Dessa forma, Syed (2010) acredita que "além da participação das mulheres nos parlamentos e na criação de leis, a sua participação em instituições religiosas e de tomada de decisão devem ser levadas em conta para avaliar o seu empoderamento (ou falta dele) em sociedades baseadas na religião".

Outra crítica que o autor faz ao caráter elitista do GEM, é que o mecanismo não leva em conta as desigualdades de gênero entre a população economicamente menos favorecida.

#### **4.1.3 Viés Secular**

O autor argumenta que é muito fácil de perceber o viés secular inerente ao GEM. Isso, segundo ele, se deve ao fato de que as feministas seculares sempre buscaram distanciar às perspectivas religiosas das relações de gênero, vindo a dar prioridade a produção da crítica feminista a teologia, culpando instituições religiosas pela contínua opressão e desempoderamento das mulheres.



Apesar disso, existem poucos indícios de como a crítica feminista a religião tem contribuído para o desenvolvimento e empoderamento das mulheres nas sociedades em que a religião é uma influência fundamental na vida dos indivíduos. Pelo contrário, os pesquisadores sugerem que “a escola eurocêntrica, propagada através de e junto com a globalização, realmente contribuíram para o subdesenvolvimento de algumas regiões da Ásia e África”. (SYED, 2010, p. 285)

Esposito (1997, apud SYED, 2010, p. 285) argumenta que as falhas do Ocidente, tanto como fonte de modelos de desenvolvimento um aliado na promoção do mesmo, resultou em ressentimento generalizado nos países de maioria muçulmana.

Syed (2010) argumenta que é fato que as políticas e análises de gênero, incluindo a construção do GEM, são, na grande maioria das vezes, moldadas, um viés secular, que pecam em considerar as perspectivas religiosas e “deixando de reconhecer que o secularismo também representa uma visão de mundo, não um paradigma de uma sociedade moderna” (ESPOSITO, 1994 apud SYED, 2010, p. 286)

No que diz respeito a análise da economia de países religiosos, o GEM "não leva em conta a agência relativa de homens e mulheres em termos de suas escolhas e compromissos religiosos" (Syed, 2010, p. 286). O autor cita como exemplo o fato de o mecanismo levar em consideração a importância que a família tradicional tem para uma sociedade islâmica, onde o homem é responsável pela manutenção econômica e mulher é responsável pela casa.

Como resultado, os trabalhos não remunerados, tanto de mulheres quanto e homens dentro da família são completamente ignorados e tratados como se não possuísem qualquer valor econômico. Além disso, é importante destacar que as mulheres muçulmanas geralmente não são parte econômica ativa da sociedade.

Portanto, a diversidade de pensamento secular e religioso precisa ser considerada na conceptualização igualdade de gênero. Essa divergência entre feministas seculares, islamistas e feministas islâmicas, resultou em uma discordância no que diz respeito as abordagens para que seja alcançado o empoderamento das mulheres. Na verdade, existem poucos aspectos em que as partes concordam, como por exemplo o direito igual à vida. De resto, "o tipo de modernização e ocidentalização, que levam a um questionamento das normas existentes sobre a subordinação ou empoderamento feminino, não têm qualquer tipo de apelo universal” (SYED, 2010, p. 287).

#### **4.1.4 Viés da Similaridade**

No que diz respeito ao viés da similaridade, o autor argumenta que “o GEM é baseado em uma noção de igualdade de oportunidades que trata homens e mulheres como semelhantes, não como diferentes”. (SYED, 2010, p. 288) E também que o mecanismo não dá devida atenção ao ciclo de vida, diferenças físicas e emocionais entre homens e mulheres, o que o autor considera como sendo características muito importantes.

Ele critica o fato de que os alicerces da conceituação da igualdade de oportunidades têm objetivos que estão relacionados com a criação de condições onde homens e mulheres são tratados da mesma forma e não têm precedência sobre os outros com base em seu gênero. Ele cita Sen (1992), para basear sua alegação. O autor argumenta “que qualquer caminho para a igualdade permanecerá problemática a menos que leva em conta a diversidade dos indivíduos”. (SEN, 1992, apud SYED, 2010, p. 290)

Assim, quaisquer mecanismos criados com o objetivo de desenvolver programas de empoderamento, ou analisar o nível de igualdade, continuarão a serem inadequados até que passem a levar em conta aspectos como a diversidade de gênero, religião etc. Ou seja, até que haja uma mudança nos parâmetros das organizações e instituições voltadas para o desenvolvimento das mulheres, eles continuaram a ser problemáticos, principalmente em sociedades não-ocidentais.

#### **4.1.5 O que medir?**

De acordo com Sarah Mosdale, os problemas acima citados não são os únicos, pois organizações e instituições passam pelo dilema do “o que medir”? A escolha sobre o que medir pode ser diferente para diferentes atores. Por exemplo, para determinado governo, seria mais interessante o monitoramento do progresso de mulheres e homens; para as agências de desenvolvimento, o foco estaria voltado para a avaliação dos impactos de seus programas que promovem na igualdade gênero; já para ativistas feministas, o foco deveria estar voltado para a medição de igualdade e justiça (de gênero) (DEMETRIADES, 2007, p. 3).

É necessário ter em mente que, enquanto a medição do nível de mudança que os programas alcançaram seja muitas vezes considerado um exercício técnico, também é considerado como sendo um processo político. Em alguns casos, a escolha do que medir pode refletir as prioridades dos que "possuem mais influência/poder" do que as prioridades daqueles que serão beneficiados (Demetriades2007.p.3).

#### **4.1.6 Falta de dados**

A falta de dados também é problema, pois ela dificulta o acompanhamento dos programas, seus efeitos positivos e negativos, assim como fazer com que certo indicador seja descartado. Essa falta de dados também pode revelar a necessidade de criar indicadores mais específicos, assim como estimular uma maior acumulação de dados.

De acordo com o Banco Mundial, a falta de dados desagregados por sexo e estatísticas que tornam as disparidades de gênero visível, resultou em uma imagem incompleta das situações econômicas, políticas e sociais de homens e mulheres no mundo. No entanto, o Banco Mundial uniu esforços com as Nações Unidas para aumentar a disponibilidade de dados desagregados por sexo em diferentes áreas. Junto com o Gender Asset Gap Project, o Evidence and Data for Gender Equality (EDGE) e a FAO, o Banco Mundial e a ONU Mulheres estão contribuindo para o aumento no número de dados.

Os elementos acima citados evidenciam o porquê de o empoderamento ser o cerne da Política Internacional votada para o gênero. O conceito implica “a alteração dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONGs como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder” (LISBOA, 2008, p 4).

De acordo com Kleba Lisboa (2008), o empoderamento visto pela perspectiva feminista “é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero” (LISBOA, 2008, p 4)

No entanto, a concepção do conceito de poder pelas Nações Unidas é problemática e necessita ser revisada. Mesmo incorporando elementos de grande importância para o desenvolvimento das mulheres, como as relações de poder dentro das famílias, e o investimento na educação de mulheres e meninas, o conceito de empoderamento deve ser melhorado no sentido de trazer para sua análise, assim como para a criação e avaliação de suas políticas, um estudo mais detalhado sobre os elementos que compõem as relações de poder e as estruturas de sociedades não-ocidentais, para que haja um maior sucesso na implementação de suas políticas.

Portanto, é correto dizer que, ao mesmo tempo em que é tido como mecanismo principal para que seja alcançada a igualdade de gênero, os elementos que sustentam o conceito de empoderamento também formam a base para a sua própria crítica.

## 5. Balanço Geral sobre Feminismo e Empoderamento

As várias vertentes da teoria feminista, assim como o conceito de empoderamento, são importantes para a compreensão dos níveis de opressão e desigualdade de gênero em uma sociedade. No entanto, o conceito de empoderamento contém um significado diferente para certas abordagens do feminismo. Nesta parte do trabalho irei fazer um breve balanço sobre como o empoderamento pode ser visto através de duas abordagens feministas: o feminismo liberal e o feminismo negro.

Pode-se dizer que dentro da ótica do feminismo liberal, o conceito de empoderamento possui uma característica capitalista e classista, já que a principal preocupação da abordagem era a promoção da igualdade das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, para que as mulheres se tornem empoderadas, elas devem ser inseridas de forma igualitária (em relação aos homens) no mercado de trabalho. Nesse sentido, o fator empoderado vem do poder econômico, e não de outros elementos, como o bem-estar social.

As feministas liberais buscaram romper com as barreiras que impediam ou dificultavam o acesso das mulheres a cargos de alto escalão de empresas e governos, assim como a liberdade de oportunidades e uma igualdade de renda em relação aos homens. De acordo com Gray e Boddy (2010), as feministas liberais não buscaram romper com o *status quo* do capitalismo, o que gerou bastante críticas a vertente.

Ao analisar essa característica capitalista do feminismo liberal, se percebe que suas diretrizes foram adotadas pelas Nações Unidas. Isso fica claro ao se observar os princípios de empoderamento das mulheres definidos pela organização, como por exemplo: Estabelecer um alto nível de liderança corporativa para a igualdade de gênero; tratar homens e mulheres de forma justa no ambiente de trabalho; implementar o desenvolvimento empresarial e práticas que empoderem as mulheres.

Esse viés capitalista e classista, ou elitista, do conceito de empoderamento adotado pela ONU é criticada por alguns autores como Syed (2010), que acredita que essa característica limita o valor e o impacto de programas de empoderamento em sociedades não-ocidentais, principalmente em locais onde a religião exercer bastante influência nas reações de poder da sociedade. O autor acredita que deve haver uma redefinição do conceito

de empoderamento da ONU, que passe a englobar de forma mais eficaz elementos como religião, cultura e classe.

Não se pretende aqui negar a importância que o viés econômico possui importância para o empoderamento das mulheres. Pelo contrário, o investimento econômico é imprescindível para que as mulheres aumentem seu status na sociedade. Porém, como dito anteriormente, é necessário que ocorra um estudo mais detalhado sobre as sociedades e as características que as compõem, para que esses investimentos sejam melhor aproveitados por mulheres do mundo inteiro.

Para fazer uma correlação entre as diferentes abordagens teoria feminista e essa crítica ao viés capitalista/elitista dos princípios da ONU, pode-se citar as feministas do Terceiro Mundo, que criticavam as concepções homogêneas e universalistas do feminismo liberal, que não levavam em consideração as experiências de mulheres do Terceiro Mundo, assim como as que residiam em comunidades pobres dos países desenvolvidos (Gray, Boddy, 2010).

Já no que diz respeito ao feminismo negro, se identifica outro tipo de empoderamento, pois ele vem de 'dentro do ser', ou seja, é um empoderamento pessoal, mas que transcende para a sociedade. De acordo com Monique Deveaux (1994), na luta contra a opressão deve ser incorporada a automotivação e o 'empoderamento de dentro'. Para a autora, a relação entre experiências pessoais de desempoderamento e a opressão devem ser englobadas tanto no sentido da ação política, quanto no sentido consciência. Ela cita Patrícia Hill Collins<sup>11</sup>, que usa como exemplo o processo de empoderamento de mulheres negras nos Estados Unidos. Collins (1990) argumenta que o empoderamento dessas mulheres se deu como resultado de uma alteração de consciência, que posteriormente transformou a comunidade em que atuavam.

Como visto, o conceito de empoderamento pode tomar uma forma diferente, dependendo das realidades e necessidades de cada grupo de mulheres. Para as mulheres brancas de classe média que defendiam o feminismo branco, o importante é promover uma igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, só assim elas alcançariam a igualdade. Já para outras vertentes como o feminismo do Terceiro Mundo, os elementos que o feminismo liberal apontam como sendo fundamentais para o empoderamento das mulheres não se

aplicam em sua totalidade as realidades de mulheres do Terceiro Mundo ou que residem em comunidades pobres de países mais desenvolvidos.

Collins writes of the importance of an alternative vision of power. In her view, "Black women have not conceptualized our quest for empowerment as one of replacing elite white male authorities with ourselves as benevolent Black female ones. Instead, African-American women have overtly rejected theories of power based on domination in order to embrace an alternative vision of power based on a humanist vision of self -actualization, self-definition, and self-determination."(COLLINS, 1990. Apud DEVAUX, 1994, p. 245)

Já no que tange a experiência de mulheres negras americanas, o empoderamento serviu como uma ferramenta para elevar seu status tanto a nível pessoal quando social, pois a partir da opressão tanto racial quando sexista, as mulheres negras se empoderaram e a partir de então, criaram uma teoria que tratasse de forma adequada questões como raça, sexo, e classe, e como elas eram interligadas. O empoderamento lhes possibilitou a criação de medidas que tinham como objetivo acabar com a discriminação racista, sexista, e classista (HULL, 1982).

## Considerações Finais

Este trabalho se propôs a analisar o avanço do tema do gênero no âmbito das Nações Unidas, assim como a importância do conceito de empoderamento para a promoção da igualdade de gênero. Buscou-se a partir da análise da história do movimento feminista, assim como suas diferentes abordagens e teorias, mostrar como o feminismo e a luta pela igualdade de gênero se inseriu na Política Internacional.

O feminismo e as Relações Internacionais enfrentam obstáculos a uma convivência harmoniosa. Compostos por ontologias e epistemologias conflitantes, correlacionar as duas áreas ainda é uma ideia vista com maus olhos por alguns teóricos convencionais das Relações Internacionais. Porém, de acordo com Jackson e Sørensen (2013), o feminismo, vem ganhando uma voz cada vez mais ativa nas Relações Internacionais.

No que diz respeito ao papel do gênero e o empoderamento da mulher, se mostram questões cada vez mais pertinentes no funcionamento do sistema internacional. A desigualdade entre homens e mulheres vem sendo cada vez mais abordada desde a década de 70, buscando garantir direitos iguais ao indivíduo independentemente do gênero.

O empoderamento se tornou o elemento principal para o desenvolvimento das mulheres. No entanto, ainda existe muita dificuldade em determinar como o empoderamento das mulheres tem sido ou pode ser avaliado. Algumas metas de desenvolvimento tradicionais, tais como o aumento de renda, são citadas como prova de empoderamento, porém, de acordo com Mosdale (2005), existem poucas evidências do sucesso dessas políticas. Apesar do empoderamento ter sido identificado como objetivo primário para o desenvolvimento, nem instituições como por exemplo, o Banco Mundial, desenvolveram um método rigoroso para medir e acompanhar as mudanças nos níveis de empoderamento.

Além do problema da falta de dados, existem outras críticas ao conceito de empoderamento que são importantes para entender o porquê de o avanço da igualdade de gênero no mundo ter acontecido de forma desigual. Syed (2010) argumenta que ainda se observa o paradigma eurocêntrico como aspecto dominante no debate sobre igualdade de gênero. Esse elemento faz com que conceito de empoderamento possua um viés elitista e capitalista, dificultando que características importantes que constituem as estruturas das diferentes sociedades não sejam analisadas de forma mais detalhada, para que possam haver mudanças no status da mulher nessas sociedades.



Njogu e Orchardson-Mazrui (2006), argumentam que elementos como a cultura podem ser aliados de grande importância para o empoderamento das mulheres, pois eles possuem atributos positivos, para a análise da estrutura social, podendo vir a possibilitar a reformulação de algumas características que tragam mudanças para a vida das mulheres.

Para que haja um avanço real no nível de igualdade de gênero (que seja igual, ou pelo menos que afete de forma eficaz mulheres de todo o mundo), é necessário que se encontre uma forma de “juntar” os elementos já existentes no conceito de empoderamento (promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, aumento no nível da educação, maior participação política etc.) a realidades de sociedades onde não se mostrou possível a implementação, ou o sucesso de políticas de empoderamento.

Como dito anteriormente, não foi pretendido neste trabalho negar a importância do elemento econômico, assim como o político, para o empoderamento das mulheres, pelo contrário, o investimento na criação de empregos e na capacitação profissional das mulheres é de extrema importância para sua liberdade e empoderamento. No entanto, é necessário ampliar ainda mais o conceito de empoderamento, para que ele se torne menos desigual.

Por fim, é correto afirmar que a sociedade atual ainda guarda resquícios de um patriarcalismo antigo, marcado pela heteronormatividade dos papéis a serem desempenhados por homem e mulher no passado. Não obstante, o desenvolvimento e a aplicação das teorias feministas em âmbito doméstico e também nas Relações Internacionais almeja, pouco a pouco, uma eventual igualdade de gênero, cada vez mais necessária ao dinamismo do sistema internacional.

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, Renato. Butler e a desconstrução do gênero. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

ALVES, José Augusto Lindgren. Relações Internacionais e Temas Sociais; A Década das Conferências. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2001.

BEAUVOIR, Simone de. The Second Sex. New York: Vintage Books, 1973.

BELL-SCOTT, Patrícia. HULL, Akasha Gloria. T. SMITYH, Barbara. But Some Of Us Are Brave: All the Women Are White, All the Blacks Are Men: Black Women's Studies. The Feminist Press and the City of New York. 1986

BUTLER, Judith. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. Yale French Studies, No. 72: Witness to a Century, 1986. Disponível em: <<http://mairakubik.cartacapital.com.br>>

BUTLER, Judith. Gender Trouble. New York: Routledge, 1990.

BUVINÍĆ, Mayra et al. Equality for Women 'Where Do We Stand on Millennium Development Goal 3? The World Bank. Pag 261- 293. 2008

DEMETRIADES, Justina. 'Gender Indicators: What, Why and How? Cutting Edge Pack. Disponível em <<http://www.bridge.ids.ac.uk>>. Acessado em dezembro de 2015

DEVAUX, Monique. Feminism and Empowerment: A Critical Reading of Foucault. Feminist Studies, Vol. 20, No. 2, Women's Agency: Empowerment and the Limits of Resistance (Summer, 1994), pp. 223-24.

Department of Public Information. 2010. Acessado em março de 2016. Disponível em <<http://www.un.org/>>

FEMENÍAS. María Luisa. A Crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. Sapere Aude – Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 310-339 – 2º sem. 2012.

GRAY, Mel; BODDY, Jennifer. Making sense of the waves: Wipeout or still riding high? Griffith University 2010

Gender Equality and Women's Right's in the Post-2015 Agenda: A Foundation for Sustainable Development - OCDE 2015

HEYZER. Noeleen. Making the links: Women's rights and empowerment are key to achieving the millennium development goals. Gender and Development. v. 13, n. 1, março, 2005.

HULL. Gloria, T. But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies. 1982. The Feminist Press, Box 334, Old Wesibury, N. Y.

JACKSON, Robert. SØRENSEN, Georg. Introduction to International Relations Theories and Approaches. Oxford University Press. Oxford. Fifth Edition. 2013

KABEER, Naila. “Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal”. Londres. Institute of Development Studies, University of Sussex Published. Julho, 2010.

KASMEL. Anu. “Comunity Empowermente- Theorical And Methodological Considerations”. 2011.

LISBOA, Teresa Kleba, O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008

MILLER, Carol. SHAHRASSHOUB, Razal. From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse. Occasional Paper 1, February 1995. United Nations Research Institute for Social Development United Nations Development Programme

MOSEDALE, Sarah. ASSESSING WOMEN'S EMPOWERMENT: TOWARDS A CONCEPTUAL FRAMEWORK. *Journal of International Development J. Int. Dev.* 17, 243–257 (2005).

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set. /dez. 2006.

NJOGU, K., & ORCHARDSON MAZRUI, E. (2006). Gender inequality and women's rights in the Great Lakes: Can culture contribute to women's empowerment? UNESCO.

PIETILÄ, Hilka. ENGENDERING THE GLOBAL AGENDA. The Story of Women and the United Nations. NGLS 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de sociologia e POLÍTICA* V. 18, Nº 36: 15-23, junho, 2010.

RATHGEBER, Eva M. WID, WAD, GAD: TRENDS IN RESEARCH AND PRACTICE. Março de 1989. International Development Research Centre Ottawa.

SANTOS, Jucélia Bispo. **Novos Movimentos Sociais**: Feminismo e a Luta Pela Igualdade de Gênero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 9, p. 81-91, fevereiro, 2011.

SCHALKWYK, Johanna. 'Culture, Gender Equality and Development Cooperation'. 2000. Disponível em <<http://www.acdi-cida.gc.ca>>. Acessado em janeiro de 2016.

SYED, Jawad. Reconstructing gender empowerment. *Women's Studies International Forum*. Elsevier. Kent, Reino Unido. 2010

SYLVESTER, Christine. *Feminist International Relations: An Unfinished Journey*. 2012. Cambridge University Press.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. 1997. *International Studies Quarterly*, vol. 41. p. 611-632.

TRUE, Jacqui. *New Feminist Approaches to Social Science Methodologies*. Vol. 30, No. 4. The University of Chicago Press. 2013

TURNER, Sandra, G. MASCHI, Tina M. *FEMINIST AND EMPOWERMENT THEORY AND SOCIAL WORK PRACTICE*. Fordham University. 2014.

UNIFEM. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. 2013. Acesso em: 15 outubro de 2015. Disponível em: <[www.unifem.org.br](http://www.unifem.org.br)>.

UN- NGLS. *Historic overview on the World Conferences on Women*. 2009. Acesso em: 13 de outubro de 2015. Disponível em < [www.unnngls.org](http://www.unnngls.org)>.

UN- WOMEN. *A Short History of the Commission on the Status of Women*. 2010. Acesso em outubro de 2015. Disponível em < <http://www.un.org/>>

WHITWORTH, Sandra. *Theory and Exclusion: Gender, Masculinity, and International Political Economy*. 2006. Oxford University Press. p. 88-99.

WHITWORTH, Sandra. *Gender, International Relations and the Case of the ILO*. 1994. *Review of International Studies*, v. 20, n. 4. p. 389-405.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Empoderamento das Mulheres: Avaliação das Disparidades Globais de Gênero*. 2005.

WOODROFFE, Jessica. SMEE, Sharon. *WOMEN'S EMPOWERMENT AND GENDER EQUALITY IN THE POST-2015 FRAMEWORK* Gender and Development Network October, 2012.

